

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA - FAIND
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE - PPGET

Claudinéia Lérios de Oliveira

Caminhos e descaminhos da extensão rural no
assentamento Santa Mônica, Terenos/MS

DOURADOS

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA - FAIND
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE - PPGET

Claudinéia Lérios de Oliveira

**Caminhos e descaminhos da extensão rural no Assentamento
Santa Mônica, Terenos/MS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre em Educação e Territorialidade.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Laura Jane Gisloti

Dourados-MS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

O48c Oliveira, Claudinéia Lérios De
Caminhos e Descaminhos da Extensão Rural no Assentamento Santa Mônica, Terenos/MS.
[recurso eletrônico] / Claudinéia Lérios De Oliveira. -- 2023.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Laura Jane Gisloti.
Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade)-Universidade Federal da Grande
Dourados, 2023.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Extensão rural. 2. Assentamento Santa Mônica. 3. Agricultura camponesa. 4. Reforma
Agrária. 5. Movimentos sociais. I. Gisloti, Laura Jane. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA –FAIND
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE



CLAUDINÉIA LERIOS DE OLIVEIRA

*Caminhos e Descaminhos da Extensão Rural no Assentamento
Santa Mônica, Terenos/MS.*

Esta dissertação foi julgada e aprovada pela presente banca examinadora para a obtenção do título de Mestra em Educação e Territorialidade pela Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados.

Dourados, 30 de janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.ª Laura Jane Gisloti
Orientadora/PPGET/UFGD

Prof. Dr. Fabiano Coelho
Membro Titular Externo/PPGH/FCH/UFGD

Prof. Dr.ª Raquel Alves de Carvalho
Membro Interno /PPGET/UFGD

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha irmãzinha Val (in memória), sendo ela a pessoa que me sonhou junto comigo em cursar este mestrado e que infelizmente a vida foi-lhe ceifada por um câncer, antes que pudéssemos iniciar esta jornada juntas.

Dedico este trabalho aos meus amigos e amigas, em especial a irmã que a vida me deu; Dalvinha, e demais assentadas e assentados da Reforma Agrária que dispuseram do seu tempo, à compartilhar suas histórias de vida e seus aprendizados através da luta pela terra, contribuindo assim com a pesquisa e conseqüentemente, com a sistematização do conhecimento e com a socialização do saber empírico e saber científico.

Aos meus familiares, em especial à minha pequena Lavínia Mariáh, que desde que foi gerada até o presente momento, vem vivenciando o mestrado e todos os desafios que enfrento como estudante, como mãe solo e provedora.

Aos meus sobrinhos Lucas, Guilherme e Lênin Kauê (nosso futuro médico popular), que com a partida precoce de minha irmã, se tornaram sobrinhos/filhos e dos quais me orgulho pela força e perseverança para continuarem firmes na luta e no estudo.

Dedico aos meus irmãos Clo e Valdeci, aos demais sobrinhos, cunhadas e as duas sobrinhas recém-chegadas a família Lérias; Helena e Valentina.

Aos meus pais Antonio e Dinair, por todo apoio recebido para os cuidados com minha pequena, possibilitando assim, que eu dedique um pouco mais de tempo para estudar e concluir este mestrado.

A vocês, dedico!

AGRADECIMENTOS

Repito a frase já escrita na minha monografia de graduação de que este é um dos momentos mais importantes da minha vida. No entanto, a conquista de um título é sempre uma conquista coletiva e sendo assim, não pertence apenas a mim. Este título de mestre em Educação e Territorialidade é uma conquista dedicada a todas as pessoas envolvidas neste processo de aprendizagem.

Agradeço primeiramente à mãe natureza pela generosidade, pela beleza e por nos oferecer o berço onde podemos cultivar e colher os seus frutos, além de nos oferecer as ferramentas necessárias para produzir a ciência que alimenta diariamente a nossa “sede do saber”.

Agradeço aos movimentos populares camponeses e indígenas pela batalha diária para resistir dentro do latifúndio do saber, semeando novas ideias, princípios, conhecimentos empíricos, crenças e valores intrínsecos aos povos indígenas e camponeses. À Faculdade Intercultural Indígena – FAIND/UFGRD por proporcionar esta oportunidade de ocuparmos este espaço dentro de uma universidade e assim, nos tornarmos camponeses e indígenas mestres em Educação e Territorialidade, dando continuidade à vida acadêmica, em que até pouco tempo atrás era inimaginável que pudéssemos romper esta cerca do saber científico.

Agradeço aos meus pais: Antonio Leros de Oliveira e Dinair Lemes Rodrigues de Oliveira hoje e sempre, por todo o apoio, por acreditar na educação e neste momento, por estarem cuidando incondicionalmente da minha pequena Lavínia Mariáh, enquanto reforço o meu compromisso com a finalização deste mestrado.

Agradeço aos meus irmãos Valdeci, Clodoaldo e minha maninha Valdirene (in memoria), que me inspirou uma vida inteira e que sempre será fonte de inspiração, de força, de luta, de garra, de inteligência, dentre tantos outros adjetivos que fizeram da Val, a mulher, mãe, filha, irmã e militante mais especial que já conheci. Minha eterna irmã, minha luz, a ti, toda gratidão do mundo. Aos meus sobrinhos Lênin Kauê, Guilherme, Lucas, Deivid Marx e minhas sobrinhas; Indianara, Luna Clara, Helena e Valentina por inspirar a dar

continuidade aos estudos, sabendo que as gerações mais novas precisam do nosso exemplo para ter coragem e persistência nos estudos.

Agradeço especialmente à minha pequena Lavínia, que desde sua sementinha até agora, vem acompanhando este mestrado, sendo em muitos momentos, o espelho onde refletiam os diversos motivos para eu continuar e, me mostrando a todo momento que desistir não era uma opção. Filha, você é o melhor de mim e o conhecimento expresso neste trabalho é o fruto da nossa trajetória de vida junto aos nossos companheiros e companheiras de luta.

Agradeço imensamente à minha linda e querida orientadora, Laura Jane Gisloti, a Laurinha como é carinhosamente chamada, por ter aceitado o desafio de nos últimos meses para concluir o curso, concluir esta jornada junto comigo, me dando apoio psicológico, sendo companheira feminista e sendo a orientadora que todas as mulheres precisavam para ter o acolhimento necessário dentro deste espaço tão machista, tão cruel e excludente com as mães, com as mulheres, como é a academia. Laurinha, minha gratidão é pela vida toda. Você é um exemplo a ser seguido, mulher!

Agradeço ao meu querido amigo de longa jornada; Fabiano Coelho que também me inspirou e me inspira a estudar e que durante o acompanhamento de sua pesquisa de pós-doutorado, tive um insight e assim, nasceu a ideia que futuramente seria desenvolvida neste mestrado. Obrigada de coração pelo apoio incondicional que tem me dado durante estes anos de mestrado.

A todos os professores que participaram neste processo, em especial à Raquel, por ter aceitado o desafio de colaborar nesta finalização da dissertação, compartilhando saberes científicos e experiências, com o intuito de edificar esse sonho e o sonho de outras/os camaradas. Nesta trajetória pude ver quanta gente boa está inserida na luta por uma educação libertadora, emancipadora. Um agradecimento à Adriana, secretária do nosso curso por ter sido tão gentil nos momentos em que precisei do seu auxílio, das suas lembranças por WhatsApp sobre meus prazos e tantas outras contribuições dadas durante este processo.

Agradeço ao Ronivon, Martinha, Dalva (amigo e amigas que compartilharam inclusive a sua vivência e seus conhecimentos científicos para construir os conhecimentos descritos aqui) e tantos outros e outras que foram ajudando através do apoio para edificar este sonho e ir materializando-o até se tornar uma conquista. A todas e todos vocês, gratidão infinita. À minha querida amiga Clariana que me ajudou na missão de transcrever as entrevistas com carinho e cuidado, meu muitíssimo obrigada. Um agradecimento especial as minhas amigas e parceiras de trabalho: Carseléia, Laura e também o meu chefe Oziel, da prefeitura de Sidrolândia por terem sido compreensivos comigo em muitos momentos durante a construção deste documento.

Para que vocês, estudantes de todo o mundo, jamais se esqueçam de que por trás de cada técnica há alguém que a impunha e que esse alguém, é uma sociedade e que se está a favor ou contra essa sociedade. Que no mundo há os que pensam que a exploração é boa e os que pensam que a exploração é ruim e que é preciso acabar com ela. E que mesmo quando não se fala de política em nenhum lugar, o homem político não pode denunciar a essa situação inerente à sua condição de ser humano. E que a técnica é uma arma e quem sinta que o mundo não é tão perfeito quanto deveria, deve lutar para que a arma da técnica seja posta a serviço da sociedade, e antes, por isso, resgatar a sociedade, para que toda a técnica sirva à maior quantidade possível de seres humanos, e para que possamos construir a sociedade do futuro - qualquer que seja seu nome – essa sociedade com a qual sonhamos a que chamamos, como lhe chamou o fundador do socialismo científico, “o comunismo”.

Ernesto Chê Guevara

Sumário

Introdução.....	12
<hr/>	
Caminhos metodológicos.....	20
<hr/>	
Capítulo 1. Questão Agrária e Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul.....	28
1.1 Mato Grosso do Sul: um estado formado pelo latifúndio.....	29
1.2 A Luta pela terra em Mato Grosso do Sul.....	33
1.3 Assentamentos Rurais em Mato Grosso do Sul	39
<hr/>	
Capítulo 2. Assentamento Santa Mônica, Terenos/MS: histórias e memórias.....	43
2.1 O povo do campo: a construção do campesinato sul-mato-grossense.....	44
2.2 Camponeses e camponesas do Assentamento Santa Mônica.....	46
<hr/>	
Capítulo 3. Extensão Rural: experiências das famílias no Assentamento Santa Mônica.....	52
3.1 Extensão Rural e Agroecologia.....	52
3.2 Caminhos e Descaminhos da Extensão Rural no Assentamento Santa Mônica.....	63
<hr/>	
4. Considerações Finais.....	80
<hr/>	
5. Referências bibliográficas	83
<hr/>	
6. Anexos.....	92
<hr/>	

Resumo

A presente dissertação é resultado de uma pesquisa participante cujo principal objetivo foi registrar e refletir acerca da visão das/os camponesas/es sobre a Assistência técnica e Extensão Rural - ATER e sobre o papel do/a extensionista rural no assentamento Santa Mônica, município de Terenos, Mato Grosso do Sul. Como metodologia de pesquisa utilizei a participação observante, aliada ao movimento de entrevistas semiestruturadas com seis participantes, camponeses e camponesas que vivem no assentamento desde a conquista. Como resultado, observou-se que as experiências de extensão rural que visam um novo paradigma são compostas por pequena minoria das experiências, prevalecendo o perfil da extensão rural tecnicista. Também foi possível refletir sobre a necessidade de uma extensão rural dialógica, que valorize os saberes já existentes e que esteja aberta à construção do saber participativo e coletivo. O trabalho também ressalta a importância de uma extensão rural baseada nos conhecimentos agroecológicos e que não se resuma apenas à difusão do pacote tecnológico, sendo este, inadequado à realidade da agricultura familiar camponesa. Desse modo, essa pesquisa possibilita o aprofundamento acerca do papel da/o extensionista e da importância do diálogo entre os técnicos e técnicas e das/os camponesas/es para a construção e valorização dos saberes camponeses.

RESUMEN

La presente disertación es el resultado de una investigación participante cuyo principal objetivo fue registrar y reflexionar sobre la visión de los campesinos sobre la *Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER* y sobre el papel del extensionista rural en el asentamiento *Santa Mônica*, en la ciudad de *Terenos, Mato Grosso do Sul*. Como metodología de investigación, utilicé la participación observadora, asociada a las encuestas semiestructuradas, con seis participantes - hombres y mujeres campesinos que viven en el asentamiento desde su conquista. Como resultado, se observó que las experiencias de la extensión rural orientadas a un nuevo paradigma alcanzan una pequeña minoría de experiencias, prevaleciendo el perfil de la extensión rural Tecnicista. También fue posible reflexionar sobre la necesidad de una extensión rural dialógica, que valore los conocimientos existentes y esté abierta a la construcción de conocimientos participativos y colectivos. El trabajo también destaca la importancia de la extensión rural basada en el conocimiento agroecológico y no limitada a la difusión del paquete tecnológico, inadecuado a la realidad de la agricultura familiar campesina. Así, esta investigación permite profundizar en el papel de los extensionistas y en la importancia del diálogo entre técnicos y campesinos para la construcción y valorización del conocimiento campesino.

Introdução

Iniciei minha vida escolar com seis/sete anos de idade, em 1990, pois meus pais por serem camponeses durante a vida toda, se mudaram da área urbana do município de Nova Alvorada do Sul/MS quando tinha cinco anos, para uma fazenda onde arrendaram um pouquinho de terra para cultivar e criar animais. Logo depois, fui morar com minha tia Castorina na cidade, para que pudesse iniciar esta jornada na educação formal, mas logo em seguida desisti da escola, pois além de estar longe dos meus pais, ainda vivenciei uma experiência traumática, com uma professora que agredia as/os estudantes, inclusive fisicamente.

Neste momento, minha família ainda não fazia parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, mas minha irmã e eu sempre dizíamos que a rebeldia já estava no sangue da “família Lérias” e, disse aos meus pais que se um dia a tal professora me agredisse, não voltaria para a escola. Ainda presenciei muitas crianças sendo agredidas, mas um dia ela ousou puxar meus cabelos e orelha por não ter entendido a tarefa e não ter realizado conforme ela queria. Deste dia em diante, desisti da escola e meus pais não conseguiram me convencer de voltar.

No ano seguinte, me matricularam novamente em outra escola que havia acabado de abrir em outro bairro da mesma cidade. Por ironia do destino, a professora tinha o mesmo nome da anterior, mas era uma educadora amorosa e acolhedora, além de ser uma profissional extremamente competente. Ao final deste mesmo ano comecei a ler as primeiras palavras, pegando gosto pelo estudo. No ano seguinte, lá estava eu na sala dela novamente e continuei o processo de aprendizagem na educação primária. Porém, já estava em curso a massificação do MST e meus pais se preparavam para fazer parte da primeira ocupação de terra das nossas vidas.

Meus pais não queriam que me deixar ir junto devido ao desconhecimento dos perigos de uma ação como esta, pois eu tinha apenas nove anos de idade. Mas como diz o meu pai, a principal característica de um Sem Terra¹ é a teimosia, sendo que já possuía o principal requisito para fazer parte deste grupo. Teimei com eles, saí da escola e lá estava eu nas primeiras filas de um despejo violento, no acampamento 16 de Maio (nome

¹ O conceito de “Sem Terra” empregado neste contexto onde não se utiliza a escrita ortográfica correta; “sem-terra” escrito em minúsculo e com o emprego do hífen, refere-se ao conjunto de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), simbolizando a pertença ao referido Movimento.

dado devido à data da ocupação ocorrida em 16/05/1992), no município de Rio Brillhante, enfrentando o principal latifundiário do Mato Grosso do Sul, o famoso Lúdio Coelho. O despejo reuniu os policiais do Estado todo e uma tropa de choque com mais de quatrocentos policiais fortemente armados.

Naquela época, as famílias se deslocavam inteiras para a ocupação e quando havia enfrentamento com a polícia, as crianças ficavam na primeira fila, logo atrás eram as mulheres e por último, os homens. Esta estratégia de luta de massa contribuía para evitar confrontos policiais, com bombas de gás e tiros de bala de borracha ou outros tipos de violência policial. Evitava que as tropas de choque avançassem, pois ali estavam centenas de crianças muito pequenas. Esta imagem ficou gravada na memória, pois nunca havia presenciado uma cena como esta, com tantos policiais reunidos. Neste momento se iniciava um processo de consciência de classe, mesmo eu nem imaginando o que esta palavra significasse.

Fomos despejadas/os às margens da BR 163, próximo ao trevo de acesso à cidade de Rio Brillhante e no próprio acampamento recomecei a cursar minha segunda série novamente, junto com outras dezenas de crianças. Havia um casal de lutadores chilenos que estavam refugiados no acampamento, devido à opressão da luta de classe praticada pelo governo de seu país de origem, vindo a contribuir com o MST naquela ali no acampamento 16 de Maio. Eles começaram a nos dar aulas, onde aprendíamos em português e espanhol ao mesmo tempo. Eu estava amando ser bilíngue já naquela idade. Era uma oportunidade que a cidade jamais iria me oferecer, mas infelizmente tiveram que ir embora, devido à repressão da justiça brasileira. Imagino que seja porque a escola é um órgão público e logo foram descobertos, tendo que se mudar para outro acampamento.

Mas a nossa escola itinerante continuou firme e como professor, tivemos o Arcelei, formado em agronomia e que na época contribuía com o MST. Digo a ele sempre que posso sobre a sua responsabilidade pela minha escolha em cursar Agronomia, bem como, ser uma defensora da agroecologia, pois o mesmo é atualmente um extensionista e pesquisador da Agência de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso do Sul – AGRAER, e que desde aquela época já nos ensinava as práticas agroecológicas em uma pequena horta que cultivávamos no acampamento, bem como a importância do cuidado com a natureza.

As nossas referências no processo educacional podem contribuir significativamente para a formação do sujeito social e da/o profissional que seremos no

futuro, sendo assim, minha vida escolar foi marcada por um processo de enfrentamento ao latifúndio dentro de uma escola itinerante, até a implementação do assentamento Andalucia, em 1997 localizado no município de Nioaque/MS.

Entre o acampamento da BR 163, em Rio Brillhante e a unificação com o acampamento 29 de Março, em Nioaque, ficamos acampadas/os por cinco anos, ou seja, estudei todo o ensino fundamental primário em uma escola itinerante, construída de pau-a-pique no acampamento fixo (que ficava localizado em um lote do assentamento Conceição, em Nioaque). Mas quando ocupávamos a fazenda Andalucia, esta escola era instalada debaixo da sombra de uma árvore, improvisada com bancos e mesas feitas de taquaruçu batido e a lousa pregada no tronco da árvore.

Estas memórias constituem o que é mais precioso para mim, sobre o valor do estudo e o amor pelo ensino-aprendizagem em que nosso mestre Paulo Freire descreve em suas teorias, pois ele vivenciou experiências semelhantes. Nossa história na educação demonstra que para ensinar e para aprender é preciso muito amor, paciência e principalmente, romper as cercas que impedem o povo de acessar o conhecimento.

Ao todo foram onze ocupações até conseguirmos a desapropriação desta fazenda, sendo que em dez delas estive junto. Em todas estas ocupações, escola e os barracos continuavam montados no acampamento fixo, pois sabíamos que a desocupação aconteceria dentro de poucos dias, através de uma liminar de despejo que então proprietário sempre ganhava na justiça, mesmo possuindo processos por cultivo de drogas na fazenda, indícios de trabalho escravo e sendo um estrangeiro, com propriedades de terras em nosso país. Mas a justiça foi favorável a ele por dez vezes, até que a desapropriação saiu.

A ocupação definitiva na fazenda Andalucia veio após uma ação do dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, onde fizemos uma mobilização de luta à frente da sede desta fazenda. Naquele dia se encontrava o então espanhol e para nossa surpresa, fomos recebidas com tiros de espingardas, correndo riscos de ferimentos ou até a morte de alguma mulher ou criança que estava presente na manifestação. Foi um momento aterrorizante e o medo da morte foi real. As marcas dos tiros ficaram cravadas no muro da sede por muitos anos e, este acontecimento é sempre lembrado pelas mulheres e crianças que estavam presentes naquele momento. Soubemos que aquela foi a última vez que o então latifundiário pousou naquele território, sendo feita posteriormente, uma

ocupação mais próxima à sede da fazenda, onde permanecemos até a desapropriação definitiva e a efetivação do assentamento.

O que era uma sede construída com arquitetura europeia, de pilares de aroeiras gigantes, extraídas das nossas matas e abrigava uma família estrangeira e criminosa, tornou-se a escola onde meus amigos e amigas e eu cursamos os anos finais do ensino fundamental. No ensino médio, fui para a escola do assentamento Conceição, vizinho à Andalucia, mas fiz apenas o primeiro ano. Fiquei um tempo longe da escola por questões familiares e retornei a um supletivo no ano de 2002 a 2003, quando concluí e comecei a fazer o Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo em Cáceres/MT.

O curso de Agronomia foi marcado por outro enfrentamento, quando ilusoriamente pensava que minha luta para estudar já havia terminado. O referido curso recebeu recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária -PRONERA, vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, repassados à Fundação ligada à Universidade para realizar a gestão dos recursos. No entanto, a Fundação foi acusada de desvios de verbas e sem conseguir prestar contas do recurso, ficamos sem o repasse do dinheiro que seria para custear nossa moradia, alimentação e passagens, uma vez que os estudantes vinham de sete estados diferentes e de uma realidade de acampamentos e assentamentos, onde muitos possuíam dificuldades financeiras, como era o meu caso.

Vivenciamos momentos difíceis e de luta para garantir a sobrevivência nossa e do nosso curso, uma vez que a universidade queria romper a parceria, já que teriam que desembolsar recursos para pagar professoras/es e demais despesas pedagógicas necessárias. Conseguimos através de mobilizações e muitas lutas terminar o curso, mas nossas condições de estudo, moradia e alimentação eram extremamente precárias. Faltava o básico para nos alimentarmos e nossa formação em algumas disciplinas ficou bastante prejudicada em virtude de tantas dificuldades que tínhamos para continuarmos estudando, professores contratados e com pouca experiência, dentre outros desafios pedagógicos.

No entanto, na área de agroecologia e de socioeconomia solidária tivemos aulas com professoras/es de referência e experiência no assunto, nos permitindo ampliar significativamente nossos conhecimentos e experiências nestes temas. Em 2010 conseguimos concluir o primeiro Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo, com uma formação voltada à agroecologia e à socioeconomia solidária. Este embasamento nos permitiu discutir e fortalecer os debates sobre a agroecologia nas

instâncias do MST e nos demais movimentos sociais que estes estudantes faziam parte, podendo intervir na realidade dos assentamentos e acampamentos com mais qualidade, contribuindo assim, com as famílias ali presentes.

São vários agrônomos e agrônomas formados/as nesta turma e em turmas posteriores que atualmente atuam nas instâncias organizativas, em cooperativas e grupos informais nos assentamentos e acampamentos, além dos centros de formação, distribuídos nas diversas regiões do Brasil. Alguns destes profissionais atuam na extensão rural, trazendo um novo enfoque à produção agropecuária, onde a qualidade dos alimentos e o respeito à natureza são princípios norteadores do trabalho, enquanto outros desenvolvem suas experiências em seus lotes de Reforma Agrária, contribuindo na produção de alimentos saudáveis para suas famílias e para a comercialização.

Após o término do curso, atuei na Coordenação Nacional do Setor de Produção do MST, na extensão rural no assentamento Ranildo da Silva, em Sidrolândia/MS, e em escolas família agrícola, sendo a Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues - EFAR (em Nova Alvorada do Sul/MS) e a Escola Família Agrícola de Sidrolândia - EFASIDRO (em Sidrolândia). Posteriormente, resolvi voltar a estudar e entre 2013 a 2015 estava cursando duas especializações vinculadas ao PRONERA/INCRA e um mestrado na Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Infelizmente não consegui concluir o mestrado devido a questões financeiras e ao alto custo das mensalidades. Havia sido prejudicada nas publicações no período da graduação, onde não conseguíamos tempo e nem condições para publicar artigos e isto me prejudicou na disputa por uma bolsa para o mestrado. No entanto, consegui cursar e passar em todas as disciplinas e o conhecimento em agroindústria adquirido neste período, me serviu de base para passar no concurso da prefeitura municipal de Sidrolândia/MS, atuando como técnica em vigilância sanitária, reforçando a teoria de que todo conhecimento é válido.

A admissão no mestrado dentro do Programa de Pós-graduação em Educação e Territorialidade – PPGET se deu em dezembro de 2019, mas a trajetória de participação neste curso se iniciou com as discussões e reuniões ainda na fase de “gestação” da proposta, quando minha irmã Val e integramos o grupo que pensou a proposta do curso, juntamente com os professores que já faziam parte do quadro da Faculdade Intercultural Indígena - FAIND. Nós duas começamos a pensar em nossos projetos de pesquisa, pois planejávamos participar da primeira seleção, sonhando em ingressar na primeira turma, que iniciaria em 2019.

No entanto, no final de 2018 minha amada irmã descobriu que estava com câncer e nossa luta pela vida dela se iniciou, tomando todas as prioridades de nossas vidas. Foram dias de sofrimento e de conhecimento sobre o sofrimento diário de milhares de famílias que ao descobrir esta doença, lutando incansavelmente pela vida. Presenciar a minha irmã definhando já com um câncer terminal e ouvir do médico que ela teria apenas algumas semanas de vida, foram as palavras mais cruéis que ouvi até hoje. Com a perda da Val em março de 2019, todos os sonhos, inclusive o de voltar a cursar o mestrado foram aniquilados. Perdia ali uma das pessoas mais importantes de minha vida, a minha melhor amiga, a parceira de conversas intermináveis sobre sociologia, sobre o dia a dia dela na sala de aula, sobre a vida, espiritualidade, filhos e tantos outros assuntos que nos tomavam horas a fio em todas as vezes que nos encontrávamos ou até mesmo, através do telefone.

Não existe a menor possibilidade de lembrar tudo isso e as lágrimas não rolaem em meu rosto, pois nenhuma dor é maior do que a saudade e a falta que minha irmã faz, seja no dia a dia ou na trajetória acadêmica e de luta no Movimento. Fizemos a especialização em Residência Agrária juntas e o planejamento de cursarmos um mesmo mestrado nasceu aí. Ela sempre me dizia que sou da escrita e ela das ideias e do discurso e, assim a gente se completava.

Vivenciei um período de luto e de total desânimo, sem motivação para voltar a estudar. No segundo semestre de 2019, meu querido amigo Fabiano, também professor de história da UFGD retomou sua pesquisa sobre o levantamento histórico do MST de Mato Grosso do Sul e eu o acompanhei nos levantamentos de materiais escritos e durante as entrevistas, quando ao entrevistar uma amiga da militância e seu relato sobre suas dificuldades de reaprender a produzir, surgiu uma ideia de pesquisar sobre o perfil destas/es assentadas/os que vieram das cidades e que já haviam desaprendido as práticas agropecuárias, bem como compreender quais foram estes desafios encontrados e como conseguiram superá-los, já que as políticas públicas voltadas à extensão rural são deficitárias. Foi então que o Fabiano, com um pouco de insistência e talvez compreendendo que a retomada do estudo poderia contribuir para a superação da perda de minha irmã, me incentivou no ingresso deste mestrado e ajudou a delinear a pesquisa, que logo mais se tornaria o meu projeto de pesquisa.

Em dezembro de 2019 fiz a seleção para o mestrado em Educação e Territorialidade e fui aprovada, e pouco tempo após o ingresso, descobri que estava gestando a Lavínia. Novamente a vida se complicou, pois, estava solo nesta maternidade,

o meu sobrinho Lênin fazendo Medicina em outro país e órfão de mãe, sendo a Val, também uma mãe solo, tendo criado seus três filhos sozinha. Com partida dela, haviam muitos desafios e responsabilidades para que pudesse dar continuidade em nossos sonhos, sendo um deles, ver os meninos formados. Foram dias difíceis, vivendo uma gravidez em plena pandemia e meses depois, veio a Lavínia, necessitando de minha proteção, inclusive contra um vírus mortal, além de cuidá-la e dar conta das responsabilidades financeiras, bem como estudar.

Após alguns meses consegui concluir as disciplinas e como haviam alguns desencontros com a orientação, realizei a troca de orientador para então, a orientação da querida educadora Laura Jane que, ao segurar a minha mão e ajudar a retomar a autoconfiança, consegui chegar a este importante momento, que é a defesa da minha dissertação, encerrando aqui mais um ciclo. Chegar até aqui me deu a certeza de que além das nossas capacidades intelectuais, é preciso nos cercamos de pessoas que acreditam nesta capacidade, caso contrário, a experiência do mestrado pode ser marcada por frustrações, podendo minar nossa capacidade produtiva, além de trazer consequências ruins em nosso estado psicológico.

No entanto, acredito na educação acolhedora e transformadora, em que os espaços acadêmicos nos fortaleçam como sujeitos da história. As/os camponesas/es e indígenas que ocupam os acentos das salas de aula da FAIND foram por muito tempo, “objetos” de pesquisa de doutores, que hoje se utilizam destas informações para se intitular como especialistas em determinado assunto. Mas os mesmos que nos usam como objeto de seus estudos, muitas vezes por incoerência, chegam a nos dizer que nossa escrita é ruim e que nos faltam leituras de seus livros e milhares de artigos científicos publicados e que preenchem seu status do currículo Lattes, escritos a partir de milhares de citações de outros cientistas, que também nos usaram como objeto de pesquisa.

Para estes cientistas, os educandos Sem Terra e indígenas, ao se tornarem mestres e mestradas e em um futuro próximo, doutores e doutoras, estão reafirmando que é chegada a hora de sermos protagonistas da nossa própria história e que iremos ler, escrever e citar também, nossas/os autoras/es que viveram e vivem a realidade das ocupações de terra, desde suas infâncias, bem como os indígenas que estão nas trincheiras da luta incansável em defesa dos seus territórios. Estamos dando o recado que talvez não teorizamos tanto sobre territorialização, baseadas em autores consagrados, mas sabemos na prática o que

isto significa, pois somos fruto da luta contra o latifúndio e da demarcação dos territórios indígenas e da reforma agrária.

Este trabalho tem por objetivo registrar e refletir acerca da visão das/os camponesas/es sobre a ATER e sobre o papel da/o extensionista no assentamento Santa Mônica, município de Terenos, Mato Grosso do Sul, registrando aspectos da luta pela luta a partir das narrativas destas/es interlocutoras/es que participaram da conquista do assentamento, refletir sobre as dificuldades de permanência na terra, identificar as principais atividades de ATER que foram oferecidas no assentamento, compreender a visão que as/os camponesas/es do assentamento Santa Mônica expressam sobre o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural e relatar as sugestões provenientes das narrativas no que se refere às possíveis melhorias da ATER.

Caminhos metodológicos

Esta pesquisa está alicerçada metodologicamente como uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter participante, que foi realizada entre os anos de 2019 e 2022, no assentamento Santa Mônica, localizado no município de Terenos, estado de Mato Grosso do Sul. No entanto, minhas observações e a participação no local de estudo ocorre desde de dezembro 2006, quando fui assentada juntamente aos interlocutores e interlocutoras desta pesquisa.

Nesse sentido, o trabalho de campo, se articulou em dois momentos, sendo o primeiro; a participação observante da pesquisadora, onde tive a oportunidade de participar do processo inicial da conquista deste território de reforma agrária desde o acampamento e, posteriormente, vivenciar o dia a dia do meu assentamento. E no segundo momento tive o privilégio de contar, por meio de entrevistas, com as memórias e as reflexões de assentados e assentadas, que, de modo bastante generoso, me concederam momentos de riquíssimo diálogo e aprendizagem.

Esta pesquisa apresenta uma reflexão acerca da extensão rural no assentamento Santa Mônica, localizado na área rural do município de Terenos/MS, a partir da visão das interlocutoras e interlocutores desta pesquisa. Para tanto, foram realizadas entrevistas, registrando os aspectos da luta pela terra, as memórias, motivações que os levaram ao acampamento e as dificuldades enfrentadas para a permanência na terra.

A pesquisa também buscou registrar e refletir sobre as principais atividades desenvolvidas pela ATER no assentamento Santa Mônica até o momento, a continuidade do acompanhamento técnico, do oferecimento de cursos e demais atividades que contribuam para a ampliação do conhecimento das assentadas e assentados, além de buscar registrar e buscar compreender a visão que as famílias possuem sobre o papel da extensão rural para o assentamento, além das sugestões feitas para melhorar a qualidade e o acesso a esta importante política pública.

Buscou-se registrar e refletir sobre os conhecimentos acerca da agroecologia e a origem deste conhecimento, quais as experiências que estas famílias desenvolvem em seus lotes, além do registro feito sobre as atividades agropecuárias desenvolvidas, diversidade de cultivos e criações realizadas, bem como os aspectos de geração de renda agrícola e não agrícola e a autos sustentação das famílias.

Já a participação observante como ferramenta metodológica tem como foco, o mergulho na vida das pessoas, ao permitir que as outras pessoas também mergulhem em nossas vidas, de modo que a participação observante é centrada em uma:

Nova proposta investigativa, como alternativa de investigação – a participação observante do investigador e da pesquisa-ação–, majoritariamente vinculadas a setores subalternos e visando à sua valorização como atores do processo de conhecimento e beneficiários dos resultados das pesquisas. Portanto, a preferência é pela participação ativa do investigador que é definida como pesquisa participante, mas também identificada como pesquisa-ação, pesquisa militante ou pesquisa ativa (PERUZZO, 2017, p. 168).

Desse modo, a participação observante se distingue da observação participante, pois se trata de um enfoque que admite e pressupõe um nível mais elevado de participação ou envolvimento da investigadora no grupo pesquisado, de forma que a/o pesquisador/a atua como parte do grupo investigado ao mesmo tempo em que o observa (BORGES, 2009).

As principais características da pesquisa observante são centradas no nível de envolvimento/participação da/o pesquisador/a com o grupo pesquisado. Assim, nessa modalidade de pesquisa, a/o pesquisador se insere no grupo pesquisado, participa das suas atividades, ou seja, acompanha e vive a situação concreta que abriga a temática de sua investigação. Sob essa perspectiva, a/ pesquisador/a interage como participante do grupo, onde além de observar, há envolvimento, direito à voz e possibilidade de assumir algum papel no grupo (PERUZZO, 2017).

Uma característica de grande relevância da participação observante é que o vínculo da/o pesquisador/a com o grupo estudado pode ser anterior ou a partir do início da pesquisa e a/o pesquisador/a se compromete a devolver os resultados da investigação ao grupo ou à comunidade pesquisada. Esta é uma forma de colaborar para que o grupo se conheça melhor e possa utilizar os subsídios no equacionamento de questões que lhe são pertinentes. É importante pontuar que na participação observante o grupo pesquisado conhece os propósitos e as intenções da/os pesquisador/a, e concordou previamente com a realização da pesquisa (PERUZZO, 2017).

Assim, o fato de ser uma pesquisadora camponesa² e viver no local de estudo onde foi realizada essa pesquisa fez com que o contexto me levasse à escolha da metodologia científica da pesquisa participante e do método da participação observação para guiar metodologicamente esse estudo. Além disso, a minha inserção como pesquisadora camponesa que vive no assentamento, foco dessa pesquisa fez com tivesse ao alcance situações rotineiras, vivenciadas no dia a dia do assentamento, que me oportunizaram intensos e profundos diálogos, análises e reflexões.

A entrevista é um procedimento específico que abarca distintos aspectos da construção das narrativas, dando sentido e significado às experiências pensadas, vividas e sentidas. A prática das entrevistas está intimamente relacionada a um processamento de encontros e diálogos em que a entrevistadora e a/o entrevistada/o, durante a entrevista, se reconhecem enquanto parceiras/os e colaboradoras/es em um trabalho coletivo (GIL, 2008).

Em relação à entrevista, Prodanov e Freitas (2013, p. 106) afirmam que a mesma é “sempre realizada face a face (entrevistador/a mais entrevistada/o)”. Já as autoras Gerhardt et al. definem esse instrumento de coleta de dados como

[...] uma técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação. A entrevista pode ter caráter exploratório ou ser uma coleta de informações. A de caráter exploratório é relativamente estruturada; já a de coleta de informações é altamente estruturada. [...]”GERHARDT et al. (2009, p. 72).

A entrevista semiestruturada busca alcançar uma maior profundidade nos dados coletados, bem como nos resultados obtidos. Desse modo, a/o pesquisador/a organiza um “conjunto de questões sobre o tema que está sendo pesquisado, mas permite, e às vezes até incentiva, que a/o entrevistada/o fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (GERHARDT et al., 2009, p. 72).

Conforme apontam os autores Prodanov e Freitas (1999), o recurso da entrevista semiestruturada proporciona uma flexibilidade à coleta de dados, assim como uma maior abertura à/o entrevistada/o, tornando dessa forma as respostas mais fidedignas, a qual se

2 Nesse texto utilizarei o termo camponesa/camponês para me referir às pessoas que moram/vivem em territórios rurais. Para aprofundar o conceito de camponês e camponês ver Marques (2012).

traduz através de uma série de perguntas que seguem o fio condutor, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas, na qual a/o entrevistador/a pode acrescentar perguntas de esclarecimento e aprofundamento.

Portanto, o uso de um roteiro para guiar a entrevista é de extrema relevância, visto que a capacidade de ouvir, a estimulação para um fluxo natural de informações e os cuidados com as respostas são características essenciais para se preservar a cultura e os valores das/os entrevistadas/os (LEMOS et al., 2018). As autoras Gerhardt et al. (2009) destacam a importância da elaboração do roteiro, que é o instrumento onde consta os tópicos/questões que a/o entrevistador/a seguirá durante a entrevista. Ainda segundo as mesmas autoras:

Isso permite uma flexibilidade quanto à ordem ao propor as questões, originando variedade de respostas ou novas indagações. Na elaboração do roteiro, deve-se levar em consideração: a distribuição do tempo para cada área ou assunto; a formulação de perguntas cujas respostas possam ser descritivas e analíticas, para evitar respostas dicotômicas (sim/não); a atenção para manter o controle dos objetivos a serem atingidos, para evitar que o entrevistado extrapole o tema proposto (GERHARDT et al., 2009, p. 73).

Sendo assim, foi possível entrevistar seis famílias camponesas que fazem parte do grupo do MST e que estão no assentamento desde o início da criação. Esse recorte amostral foi definido baseado na escolha de pessoas que expressavam trajetórias de vida semelhantes: haviam saído do campo há alguns anos (geralmente ainda criança ou adolescentes) e retornaram à terra através da luta pela reforma agrária, vindo para o assentamento sem experiência com as atividades agropecuárias, necessitando de um processo de (re) aprendizagem e enfrentamento dos desafios para se reaprender a cultivar a terra novamente.

As entrevistas foram organizadas de modo semiestruturado, onde o roteiro foi construído de modo a abordar questões sobre a trajetória de vida, a identidade camponesa, as dificuldades enfrentadas acerca do cultivo da terra nos primeiros anos de assentamento, as estratégias para superação das dificuldades, a participação das agências de assistência técnica e extensão rural (ATER) neste processo de (re) construção do conhecimento.

As entrevistas foram registradas com o auxílio de um gravador digital e um caderno de campo e, posteriormente foram transcritas. As entrevistas duraram de acordo com a disponibilidade e vontade de cada participante, de forma que se buscou expressar o respeito máximo e a imensa gratidão pelo aceite em construir junto essa pesquisa.

Saliento que cópias digitais, contendo as imagens, áudios e vídeos produzidos por esse estudo serão entregues às/aos participantes da pesquisa e sua divulgação será ampla, tanto do aspecto científico quanto do aspecto comunitário, podendo ainda a comunidade requer acesso, a qualquer tempo, sobre materiais e informações produzidas nesta pesquisa.

O presente trabalho foi estruturado em três capítulos e cada um, contendo subitens que abordaram os temas relevantes para a descrição do assunto abordado. Sendo assim, no capítulo I, abordo a questão agrária e a reforma agrária em Mato Grosso do Sul, contextualizando o leitor sobre as principais *commodities* produzidas no Estado, a partir da abordagem do professor Nardoque et al. (2018). O capítulo também discute os principais aspectos que culminaram nos conflitos agrários, dada a concentração fundiária prevaente no MS, com base em Freitas (2019), Marques (2012) e Caio Prado Junior (1979).

No tópico 1.1 – Mato Grosso do Sul, um estado formado pelo latifúndio, apresenta-se dados sobre a criação do Estado, de acordo com Silva (2004) e através das fontes de dados do IBGE. Neste tópico também se realizou um aprofundamento teórico sobre a concentração fundiária no Mato Grosso do Sul e o avanço do agronegócio, baseado nos extensos cultivos de grãos, eucalipto e cana-de-açúcar, a partir dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e da literatura de diversos autores e autoras, como: Nardoque e Almeida (2015), Oliveira (2016), Nardoque (2016), Freitas (2019 e 2020), Fabrini (2008), Buscioli e Souza (2010), Bezerra (2012), Falchi (2007), Freitas Mariano e Teixeira (2002), Farias (2002) e Mizusaki (2017).

No tópico 1.2 – A luta pela terra em Mato Grosso do Sul, faz-se uma reflexão acerca da luta realizada pela população indígena em defesa do seu território, a partir dos conflitos gerados pela invasão de grileiros capitalistas, que no século XIX foram atraídos pela possibilidade da exploração da erva-mate, nativa na região sul do Estado, e posteriormente que os movimentos sociais travaram e vêm construindo em favor da descentralização da terra e da concretização da reforma agrária popular através dos diversos movimentos sociais presentes no Estado desde o surgimento dos primeiros acampamentos até o presente momento, além da luta contínua das populações indígenas que continuam sob ameaça do agronegócio, em defesa de suas terras. Para tanto, buscou-se referenciar em autores e autoras como: Silva (2004), Bizerra (2020), Coelho (2010), Freitas (2019 e 2020), Mizusaki (2017) e Menegat (2009).

O tópico 1.3 – Assentamentos Rurais em Mato Grosso do Sul faz uma abordagem sobre a história do surgimento dos assentamentos no Estado, suas demandas e a complexidade da luta para se efetivar um assentamento de reforma agrária, ressaltando a importância organizativa dos movimentos sociais do campo neste processo. O tópico também faz uma reflexão sobre os desafios dos assentamentos em relação ao acesso as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos. Para tanto, os textos de Coelho e Freitas (2021), Fabrini (2008), Fernandes (2003), Freitas (2019), Stédile (1997), Roos e Fabrini (2009) e Coelho (2014) foram essenciais na descrição teórica deste tópico.

No capítulo 2 – Assentamento Santa Mônica, Terenos/MS: histórias e memórias objetivou-se refletir sobre os principais fatos históricos e como o assentamento foi estruturado, tendo em vista a diversidade de movimentos sociais presentes neste território. O assentamento é composto por três movimentos sociais (MST, CUT e FETAGRI, que atualmente mudou de nomenclatura e passou a se chamar FETTAR/MS – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados do Estado de Mato Grosso do Sul). Para discorrer sobre esta temática, embasou-se nas teorias de Sanches (2013), Freitas (2020) e Incra (2018).

No tópico 2.1 – O povo do campo: a construção do campesinato sul-mato-grossense, realizou-se uma revisão bibliográfica refletindo sobre as especificidades e características das/os camponesas e camponeses, a relação com a terra, com a natureza, com os meios de produção, a diversificação da produção, a produção para o autoconsumo e segurança alimentar e nutricional de suas famílias e o modo de produzir, de agregar valor à produção, além da reflexão acerca do novo campesinato, que embora com algumas características distintas, conservam uma gama de especificidades que os diferenciam da agricultura extrativista e economicista, baseada nos ideais do agronegócio. Para tanto, buscou-se referenciar-se nas literaturas de intelectuais como; Menegat (2008), Desmarais (2012), Lefebvre (2013), Woortmann (1990), Agraer (2009), Santos (2010), Nascimento (2004) e Farias (2008).

O tópico 2.2 – Camponeses e camponesas do Assentamento Santa Mônica traz uma abordagem importante sobre as características das famílias assentadas neste local, origem, trajetória de vida, organicidade interna, acesso aos créditos e demais políticas públicas inerentes à implementação dos assentamentos, bem como algumas entrevistas sobre o histórico e motivações que os levaram à luta pela terra. Como referência para este

capítulo fiz uma reflexão sobre parte das entrevistas de duas interlocutoras, além de alguns dados sobre a destinação de políticas públicas do Governo Federal para o plano safra 2022/2023.

No capítulo 3 – Extensão Rural: experiências das famílias no Assentamento Santa Mônica realizou-se uma revisão da literatura, bem como a discussão dos dados das entrevistas, realizando uma crítica ao modelo de extensão rural desenvolvimentista, com base na tecnificação da agricultura camponesa, além da descontinuidade do acompanhamento técnico às famílias assentadas. Na introdução, as literaturas de Masseli (1994), Caporal e Ramos (2016) e Oliveira (2009) subsidiaram a reflexão que abordaremos ao longo deste capítulo.

O tópico 3.1 – Extensão Rural e Agroecologia faz uma reflexão acerca do papel da extensão rural para a agricultura camponesa, a partir da abordagem de Paulo Freire, em que técnicos/as baseados/as em uma extensão rural dialógica e emancipadora, possam construir o que Francisco Roberto Caporal conceituará mais adiante, como a “nova extensão rural” a partir da extensão rural dialógica defendida por Freire e a partir de novos conceitos produtivos, onde a natureza, os agroecossistemas sejam respeitados, caracterizados pelas experiências agroecológicas. Neste tópico também se faz uma discussão sobre o conceito de invasão cultural e como a extensão rural pode disseminar esses ideais. Para a conceituação do papel da extensão rural também utilizei leis, como a Constituição Federal de 1988, artigo 187, que define os responsáveis pela execução da política pública de ATER, bem como os princípios norteadores para sua execução.

Para a construção deste tópico, foram utilizadas diversas literaturas e fontes de dados como; a Constituição Federal, a Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010, que institui sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Nadai (2017), Peixoto (2008), Santos (2021), Fabrini (2012), Pires e Novaes (2021), Freire (1983), Balem (2015), Caporal (2007), Zuin e Soares Zuin (2006), Roos e Fabrini (2012) e Caporal e Costabeber (2004).

No tópico 3.2 – Caminhos e Descaminhos da Extensão Rural no Assentamento Santa Mônica, realizo um diálogo entre as entrevistas e as percepções sobre o papel da extensão rural, suas limitações e entraves causados pela ausência desta política pública no assentamento. Os interlocutores e interlocutoras da pesquisa também apontam os principais desafios encontrados nos primeiros anos de assentamento, uma vez que o público-alvo desta pesquisa são pessoas que vieram de suas cidades onde moravam antes

do acampamento/assentamento e já haviam perdido a prática de produção agropecuária, o que necessitou um reaprendizado dos conhecimentos camponeses.

Além das entrevistas, este tópico faz um diálogo com a obra de Paulo Freire; “Extensão ou Comunicação?”, apontando a importância do repensar da extensão rural no Brasil, em que a dialogicidade e o respeito entre o saber científico e o saber empírico possam construir novas experiências e aprendizados. Além de Paulo Freire (1983), este tópico foi construído a partir das contribuições de autores/as como; Silva (1992), Souza (2021) e Caporal e Costabeber (2004).

Capítulo 1. Questão Agrária e Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul possui uma área total de 357.145,53 km² e uma população estimada em 2.748.023 habitantes, de modo, que possui uma baixa densidade demográfica de apenas 6,86 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2010). Embora possua uma grande extensão territorial, o estado apresenta somente 79 municípios, de modo que a questão agrária no estado se assenta na forte concentração da propriedade fundiária, no uso da terra destinada à criação de bovinos em pecuária extensiva e na produção agrícola para exportação de commodities (açúcar, soja e celulose) (NARDOQUE et al., 2018).

A alta concentração fundiária está relacionada ao processo de ocupação e formação do território sul-mato-grossense que ocasionou a exclusão de milhares de famílias camponesas e o aumentou os conflitos agrários, ascendendo a consolidação de uma economia agrária excludente, amparada no modelo de produção agroindustrial (FREITAS, 2019).

Nesse momento, se faz necessário explicitar que nesse texto usarei o termo camponês e campesinato sob o alicerce da definição da autora, Marta Inês Medeiros Marques, que caracteriza a/o camponês/a brasileiro/a como:

Um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem, etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador (MARQUES, 2012, p. 65).

A composição da estrutura fundiária do estado revela o nível de desigualdade na distribuição das terras, de modo que embora apenas 13% dos imóveis rurais do estado sejam consideradas grandes propriedades rurais. Estas grandes propriedades detêm mais de 70% área total do estado, enquanto as pequenas propriedades, que correspondem a 46% dos imóveis rurais detêm apenas 2,12% da área total do estado (IBGE, 2022).

Desse modo, a insuficiência política agrária é revelada através do alto grau de concentração fundiária que demonstra a ineficiência na superação dos desafios

decorrentes da expansão do desenvolvimento capitalista no campo³, que serviu para diminuir os impactos socioeconômicos causados pela modernização da agricultura, sem, contudo, promover uma alteração na estrutura fundiária (FABRINI, 2008).

A concentração de terras no Brasil se deve a dinâmica da própria história econômica, que segundo Caio Prado Junior (1979), é o resultado da formação agrária do país pautada no acentuado grau de concentração da propriedade fundiária. Conseqüentemente, para o autor, “é reflexo da natureza de nossa economia, tal como resulta da formação do país desde os primórdios da colonização, e como se perpetua, em suas linhas gerais e fundamentais, até os nossos dias” (PRADO, 1979, p. 47).

Dessa forma, a realidade fundiária de Mato Grosso do Sul não é diferente da situação agrária de todo o país, sendo caracterizada pela alta concentração de terras e pela exploração da agricultura em grandes propriedades rurais.

1.1 Mato Grosso do Sul: um estado formado pelo latifúndio

O Estado de Mato Grosso do Sul, criado pela Lei Complementar nº. 31, de 11 de outubro de 1977, instalado a 1º de janeiro de 1979 representa 22% da Região Centro-Oeste e 4 % do território nacional (SILVA, 2004). De acordo com o último Censo realizado em 2010, conta uma população de 2.097,238 habitantes urbanos e 351. 786 habitantes na área rural, dados estes que representam uma tendência de distribuição populacional ocasionada pelo processo de êxodo rural que o Brasil está vivenciando desde o século passado.

Embora a maioria da população sul-mato-grossense se concentre na área urbana, alguns municípios do Estado são constituídos por uma gama de assentamentos de reforma agrária, mudando o cenário de distribuição populacional. Alguns municípios possuem uma população rural maior do que a população urbana, como é o caso do município de Japorã que, de acordo com o Censo, possui uma população rural de 81,9% ocupando o primeiro lugar no ranking dos municípios de Mato Grosso do Sul com maior índice de população rural, seguido por Jaraguari, com 71,8%. O Município de Terenos, onde se encontra o assentamento Santa Mônica, foco dessa dissertação, está em sétimo lugar na ruralização, com 57,6% da população (IBGE, 2010).

3 Nesse texto utilizarei o termo campo ao invés do termo rural.

Assim, conforme aponta os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) existe uma grande concentração de terras no estado. Dados de estudos recentes revelam que em 2014, as pequenas propriedades (área de até 200 hectares) correspondiam a mais de 69% das propriedades, mas ocupavam somente pouco mais de 7% da área total ocupada por todas as propriedades rurais. Em contrapartida, as grandes propriedades (área acima de 1.000 hectares) com de 9% do total das propriedades, ocupavam quase de 70% da área total de todas propriedades rurais, expressando a óbvia concentração fundiária, que é resultado do processo histórico de usurpação capitalista da terra (NARDOQUE, 2016 e NARDOQUE; ALMEIDA, 2015).

Notavelmente, em Mato Grosso do Sul, para além da territorialização da concentração fundiária, há a territorialização do capital no campo, através da atuação de empresas gigantescas do ramo de soja, milho, cana, carnes e eucalipto. Dessa forma, o setor agroindustrial encontrou subsídios relevantes para sua consolidação e o Estado tem tido um papel fundamental na dotação de infraestrutura, como viária, energética, além dos financiamentos do BNDES para a instalação de silos para secagem e armazenagem dos grãos, possibilitando que o agronegócio brasileiro estoque e até “boicote” a venda de comanditeis para se obter vantagens econômicas nos preços praticados pelo mercado dos grãos de soja e do milho. Além disso, nas últimas décadas, houve a amplificação do crédito agrícola direcionado pelo Estado para esse setor fortalece a mundialização da agricultura brasileira (OLIVEIRA, 2016; NARDOQUE, 2016).

Assim, a política agrária no estado não tem tido êxito em realizar a democratização do acesso à terra, muito menos tem conseguido diminuir a pobreza no campo. A industrialização da atividade agropecuária, que vem monopolizando os recursos públicos disponíveis para a produção agrícola tem sido responsável por promover a concentração fundiária, a diminuição da oferta de terras e o encarecimento do preço das propriedades rurais passíveis de aquisição para reforma agrária (FREITAS, 2019).

Historicamente, desde a emancipação política, o estado tem mantido sua economia direcionada para a exploração agropecuária de grande escala, a fim de atender a indústria e o mercado nacional e internacional de commodities agrícolas. Desse modo, a produção agropecuária em grandes propriedades rurais sempre dispôs de uma parcela expressiva da capacidade produtiva do estado, em virtude da monopolização dos

financiamentos e incentivos fiscais para a agricultura, disponibilizados desde a década de 1980 pela política agrícola nacional (FREITAS, 2020).

Nos anos de 1990, é possível observar uma mudança no perfil econômico do estado, que passou a ser industrializar, através do aumento da mecanização e tecnificação da produção agrícola. Assim, a partir desse período, a atividade agropecuária passou por um virtuoso processo de industrialização, que atraiu empresas multinacionais do setor alimentício (carnes, milho e soja) e extrativista (eucalipto e cana-de-açúcar) (FABRINI, 2008). À vista disso, os autores Bôscoli e Souza pontuam que:

A motivação industrializante registrada em Mato Grosso do Sul a partir da segunda metade dos anos de 1980 estava pautada na agroindústria e constituía-se em concordância ao comportamento da indústria nacional e da demanda internacional, além de significar a mudança do perfil agrário- exportador de Mato Grosso do Sul (BUSCIOLI e SOUZA, 2010, p. 133).

O aprofundamento desse processo de industrialização da produção agropecuária e neoextrativista, acompanhado de a chegada de empresas multinacionais do setor agrícola integradas economicamente ao mercado internacional de commodities, culminou na consolidação da ampla cadeia produtiva agroindustrial, que passou a ser conhecida como agronegócio⁴ (BEZERRA, 2012).

A partir da década de 2000, a solidificação deste processo de industrialização foi responsável pelo crescimento econômico de Mato Grosso do Sul, o que fez com que o estado tivesse um papel relevante na balança comercial devido ao implemento do setor primário e, conseqüentemente, como participação na cadeia de produção agrícola incentivada pelo aumento das trocas comerciais (FREITAS, 2019). Neste sentido, o pesquisador João Edmilson Fabrini, em um estudo sobre a posse e concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul, demonstra que

O crescimento econômico do estado decorrente da consolidação do agronegócio tem afetado diretamente a política agrária, na medida em que mantém a concentração fundiária, promovendo a exclusão dos trabalhadores rurais dos territórios tradicionalmente ocupados, resultando no desemprego, na pobreza e na miséria no meio rural sul-mato-grossense (FABRINI, 2008, p. 78).

4 Aqui se define o agronegócio como um conjunto de sistemas abrangentes e complementares, como os sistemas agropecuário, industrial, financeiro, tecnológico, científico e ideológico (FERNANDES, 2013).

É relevante considerar que o fato das principais culturas agropecuárias no estado (a soja, milho e a pecuária) demandarem a utilização de grandes áreas de terras faz com que o agronegócio monopolize os recursos naturais e restrinja o acesso das/os camponesas/es ao resultado econômico da agricultura (FALCHI, 2007). Para complicar a situação, nos dias atuais tem ocorrido um crescimento exponencial da área de plantio em decorrência do arrendamento de grandes extensões de terras necessárias para as plantações de milho, soja e eucalipto e cana, que estão distribuídas praticamente em todo o estado (FREITAS MARIANO; TEIXEIRA, 2022).

Portanto, as atividades do agronegócio, além de causarem ainda mais a concentração fundiária no estado, vem ocasionando um grande impacto ambiental negativo, devido ao uso insustentável dos solos e dos recursos hídricos e, sobretudo, pelo uso de agrotóxicos, organismos geneticamente modificados - OGMs e fertilizantes químicos, que acabam esgotando os recursos naturais ainda existentes, além de contaminar as fontes d'água, solo, animais e seres humanos, ocasionando doenças, como diversos tipos de câncer, alergias e outras doenças, como também, descontroles ambientais de diversas ordens e gravidade. Desse modo, em decorrência dessa irracionalidade no manejo da terra, depois de certo tempo, esses locais acabam sendo abandonados e oferecidos para ao governo para a criação de assentamentos rurais (FARIAS, 2002; FREITAS, 2019).

Nesse contexto, a reforma agrária acaba sendo realizada, praticamente, em áreas que não são atrativas para o agronegócio, em solos exauridos pelo cultivo de monoculturas em sistema intensivo, sendo posteriormente desapropriadas ou compradas pelo governo com o objetivo de criar assentamentos rurais. Contudo, as propriedades rurais adquiridas, na maioria das vezes, não permitem o desenvolvimento da agricultura familiar sem a utilização de grandes investimentos materiais e financeiros voltados para a recuperação ambiental, o que causa ainda mais entraves para as famílias camponesas assentadas (FABRINI, 2008).

Dessa forma, o agronegócio, além de promover o domínio do capital sobre o trabalho e a produção, abrasa o mercado de terras por meio da comercialização e, principalmente, pelo arrendamento de grandes extensões no campo, o que torna cada vez mais onerosa a obtenção de terras para criação de novos assentamentos (FREITAS, 2020). Essa dinâmica constitui o que se tem caracterizado como “deserto verde” e tem

aumentado o preço das propriedades rurais no estado e diminuído a reserva de terras disponíveis para reforma agrária (FREITAS MARIANO; TEIXEIRA, 2022).

A possibilidade de aquisição de terras por estrangeiros é outro embaraço que tem dificultado a implantação de política agrária em Mato Grosso do Sul e esse fato tem extrema relevância, visto que o estado possui mais de 1.500 quilômetros de fronteira com dois países, Paraguai e Bolívia, de modo que neste estado se instalaram, nos últimos anos, uma grande quantidade de empresas multi/transnacionais (FREITAS, 2020)

Essas empresas estrangeiras operam em Mato Grosso do Sul não apenas na produção agrícola em áreas arrendadas, visto que as leis brasileiras limitam a compra de terras por empresas estrangeiras, mas no próprio mercado de terras por meio da intermediação de vendas e arrendamentos de propriedades rurais (MIZUSAKI, 2017).

1.2 A Luta pela terra em Mato Grosso do Sul

A região em que está situado o território ocupado atualmente pelo estado de Mato Grosso do Sul teve as primeiras ofensivas coloniais através da invasão europeia à região no século XVI, uma ofensiva que foi instituída contra a multiplicidade de territórios e povos originários que ali viviam. Entre os povos que estão territorializados em Mato Grosso do Sul estão: Terena e Kinikinau (da família linguística arawak); Kaiowá e Guarani (da família linguística tupi-guarani); Kadiwéu, (de língua guaikurú; Ofaié e Guató (do tronco linguístico macro-jê); Chamacoco e Ayoreo (de língua zamuco); Atikum e Camba (línguas originais isoladas) (CHAMORRO; COMBÈSS, 2019).

Os primeiros relatos mais sistematizados sobre o povoamento indígena da região coincidem com a invasão dos europeus porque nesse processo também busca-se produzir materiais com informações sobre os territórios colonizados. Nesses materiais fica evidente que após as primeiras ofensivas, a ocupação europeia se afirmou principalmente na segunda metade do século XVII com a ascensão das minas de ouro de Cuiabá, dinâmica que intensificou a colonização.

Muitos relatos narram que o povo Kaiowá foram considerados como os descendentes dos guarani-falantes que resistiram continuamente, não aceitaram a missão. Relatam também que no século XVII documentos narram a presença de outros povos na região: os Bororo e os Cayapó ou Kayapó meridionais (BRAND, 2004)

Durante o século XVIII há uma nova frente colonial marcada pelo avanço das missões jesuíticas de Chiquitos na dimensão da margem ocidental do rio Paraguai,

território ocupado atualmente pelo Estado da Bolívia. Os poucos grupos da ribeira oposta, ou do Pantanal, foram aglomerados às missões, passando a compor o conjunto chiquitano. Outros chegaram à mesma região no afã de escapar das bandeiras, como boa parte dos Itatim, engrossando o grupo Guarayo da Bolívia. No final do século, ainda em resistência os povos buscam novas formas de territorializações, embora já parcialmente presentes nessa zona e na rota até Cuiabá, vários povos chaqueño cruzam o rio Paraguai nessa época para se fixar na dimensão do atual Mato Grosso do Sul. São os Guaikurú ou Mbayá-Guaikurú – cujos descendentes são hoje os Kadiwéu, os Guaná ou Chané – também reconhecidos na contemporaneidade como Terena, e os Kinikinau (CHAMORRO; COMBÈSS, 2019).

Nas primeiras décadas do século XIX, duas ondas de novas frentes de colonização com interesse na pecuária avançam vindas da região sudeste, sobretudo, Minas, São Paulo e Centro-Oeste através de Cuiabá. Nesse mesmo século ocorre também uma das grandes explorações da região, aprofundamento da expropriação dos territórios originários, espoliação e processo de desmatamento para liberação das terras para a exploração. Muitos relatos, documentos e ilustrações evidenciam esse processo histórico e geográfico que constituem hoje uma das fontes sobre as histórias e trajetórias dos povos indígenas naquela época (CHAMORRO; COMBÈSS, 2019).

A Guerra contra o Paraguai ou da Tríplice Aliança (1864-1870) resultou em desastrosas consequências demográficas e territoriais para os indígenas da região, inclusive para aqueles que deram apoio ao exército brasileiro, como os Guaikurú. A guerra teve como consequência outra onda de colonização com a ocupação de novos imigrantes e a expansão da exploração da erva-mate, que, sem dúvida, afetou muito mais os povos indígenas do que o próprio conflito militar bélico (BRAND, 2001; CHAMORRO; COMBÈSS, 2019).

Silva (2004) afirmam que a história da luta pela terra nos campos sul-mato-grossenses, em linhas gerais, é perpassada por conflitos que envolveram, inicialmente, as populações indígenas e, a partir da década de 1950, também os diferentes segmentos de trabalhadores rurais sem-terra, dentre eles os colonos, peões e os paraguaios. Destaca-se ainda, que essa região do país é profundamente marcada por uma colonização conflituosa e liderada por grupos econômicos e políticos que vislumbraram aqui, uma terra próspera

e rica, principalmente por suas características naturais, que propiciaram, especialmente a partir do século XIX, a extração de erva-mate nativa⁵ e, posteriormente, a criação de gado.

É fato que as conquistas em torno da luta pela terra em Mato Grosso do Sul estão atreladas à capacidade de organização das/os camponesas/es em torno de suas pautas sociais, as quais são reivindicadas, principalmente por meio de ocupações de terras e acampamentos promovidos pelos movimentos sociais (BIZERRA, 2020). Assim, os movimentos sociais de luta pela terra que surgiram no estado a partir da década de 1980 e são organizações de trabalhadores rurais criadas para combater as contradições do modo de produção capitalista que vigora até hoje em nossa sociedade, conforme aponta o autor Fabiano Coelho:

Quando se estuda os movimentos sociais, muitos pesquisadores chamam atenção para o fato de que estes auxiliam a compreender as contradições que existem ou existiram em uma determinada época. No caso, os movimentos sociais no campo, que entraram em cena nas décadas de 1970 e 1980, ajudaram a compreender as contradições do campo e imposições que os pequenos trabalhadores rurais estavam sofrendo no período. Assim sendo, os movimentos sociais são frutos das próprias contradições do modo de produção capitalista que vigora na sociedade, não sendo gestados apenas pela vontade de algumas pessoas. Nesta época, os movimentos sociais denunciavam e chamavam a atenção para os limites do modelo socioeconômico e político e apontavam para novas formas de organização do trabalho e produção. Muito mais do que apenas uma ação social, os movimentos sociais contribuíram para a visualização de outras alternativas de organização social (COELHO, 2010, p. 44).

Dessa maneira, em Mato Grosso do Sul, os movimentos sociais de luta pela terra se construíram por meio de duas frentes populares, de modo que a primeira é ligada aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR, que em sua síntese são legatários das Ligas Camponesas, extintas na década de 1960 pela perseguição do regime militar (FREITAS, 2019). Nesta perspectiva, a pesquisadora Rosimeire Almeida afirma que:

Os movimentos sociais populares foram gestados a partir da década de 1970, e trazem uma nova compreensão da sociedade. Esses movimentos sociais diferem-se dos antecessores (1945-1960), por apregoarem uma concepção de sociedade pautada na diminuição do autoritarismo, das estruturas hierárquicas e centralizadas. Destarte, as lutas populares vivenciadas no cotidiano que se desenvolveram pós- 1964 inauguraram uma nova concepção de política, experimentando formas organizativas

5 Para informações a respeito da história da extração da erva mate no Mato Grosso do Sul ver Queiroz (2015)

de autogestão, auto avaliação e centros decisórios múltiplos, sob uma organização mais ou menos definida (ALMEIDA, 2003, p. 178).

Por conseguinte, a segunda frente popular é associada à Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Essa entidade teve grande importância na luta pela terra no estado durante as décadas de 1970 e 1980, e seu principal objetivo é centrado na luta contra a exploração do trabalho, contra as expropriações, pela democratização ao acesso à terra e contra a concentração fundiária. De acordo com a pesquisadora Maria Celma Borges e Mieczslau Kudlavicz:

A criação da CPT no MS ocorreu na década de 1970, num cenário político e social muito difícil, marcado pela violência e repressão. A CPT surge em 1978, com o intuito de contribuir no meio rural, sendo um espaço de reflexão para os camponeses poderem se articular. Participando ativamente das ações do campesinato organizado, na forma de ocupações e manifestações, bem como despejos e ajudas nas negociações (BORGES; KUDLAVICZ, 2008, p. 15).

A CPT nasceu em meados da década de 70, em plena ditadura militar, em Goiânia, estado de Goiás, e esteve desde sempre alicerçada na teologia da libertação como base teórica e prática. Segundo o pesquisador Fabiano Coelho, essa entidade teve um grande peso em meio à luta pela terra, pois mesmo sendo dirigida por uma minoria de agentes religiosos progressistas, se podia falar em nome da Instituição e ter a disposição seus recursos humanos e materiais. De acordo com esse pesquisador, a CPT:

Nasceu sob contradições tanto da sociedade como um todo, com o poder exercido sobre ela; quanto das contradições geradas internamente nas Instituições eclesiais que participavam desta Comissão. Nota-se que em meio às práticas da CPT houve um enfrentamento da Igreja com as classes dominantes, à medida que suas visões estariam direcionadas às aspirações das classes oprimidas no campo (COELHO, 2010, p. 73).

Tem relevância o fato de que entre os anos 1987 e 1988, a CPT deixou de atuar na chamada “frente de massa” passando a auxiliar na permanência das/os camponesas/es na terra. Desse modo, a partir da década de 1990, essa organização passou a dirigir sua atuação preferencialmente para os assentamentos de reforma agrária, passando nesse momento, a apoiar as/os camponesas/es já assentadas/os em projetos oficiais de reforma agrária e, priorizando assim a luta na terra em detrimento da luta pela terra (SILVA, 2004).

Na atualidade, no estado estão presentes diversas organizações sociais que tem como objetivo a promoção da pauta da reforma agrária e da luta pela distribuição de

terras. Essas organizações geralmente estão distribuídas nacionalmente através de suas regionais, as quais orientam e organizam milhares de famílias camponesas, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Federação da Agricultura Familiar (FAF). Há ainda outras organizações sociais que foram criadas por meio de divergências ou desmembramento desses movimentos sociais, e outras que estão ligadas a atuação sindical ou religiosas (FREITAS, 2019).

Ademais, existem ainda várias associações e entidades que atuam diretamente na luta pela reforma agrária e pelo fortalecimento da agricultura familiar e que, por isso, também se caracterizam como importantes movimentos sociais de luta pela terra, como por exemplo, a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), a Organização de Luta pela Terra (OLT), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária (MCLRA), entre outros (FREITAS, 2020).

Ainda que a luta pela terra em Mato Grosso do Sul não se restrinja às organizações acima descritas, estas constituem os principais movimentos sociais em atividades no Estado. A esses movimentos se somam diversas outras organizações de luta camponesa, incluindo os movimentos dos povos indígenas, como a Aty Guasu (Grande Assembleia Guarani e Kaiowá) e o Conselho do povo Terena, que embora não tenham uma organização semelhante, nem a mesma pauta pela reforma agrária são responsáveis pela maioria dos acampamentos e ocupações de terras no estado atualmente (MIZUSAKI, 2017).

É fato que a mais potente contribuição dos movimentos sociais por uma melhor distribuição de terras, considerando todas as organizações de luta pela terra, está ligada à organização das manifestações populares principalmente por meio das ocupações e acampamentos. Nesse contexto, a organização do acampamento de “brasiguaios”⁶ em Mundo Novo em 1984 foi um dos primeiros episódios em que os movimentos sociais tiveram grande importância na luta pela reforma agrária no estado. Essa mobilização contou com o apoio da CPT e da Comissão Estadual de Sem-Terra até 1985, quando esta

6 O termo “brasiguaios” tem sido utilizado em alusão aos brasileiros agricultores, que na década de 1980 ocuparam a faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Ver Pereira (2013) e Vaneski Filho e Rangel Loera (2016).

comissão se tornou efetivamente o MST e passou assumir o acompanhamento e a organização da luta dos brasiguaios (BIZERRA, 2019).

Durante esse mesmo período, houve diversas situações de acampamentos e ocupações com a participação direta dos movimentos sociais, entre eles a CPT, o MST e a FETAGRI. O pesquisador André Alexandre Ricco de Freitas pontua que:

Além do acampamento de Mundo Novo havia outros acampamentos de brasiguaios em Sete Quedas e Eldorado. Em Naviraí, encontravam-se acampados grande parte dos arrendatários expulsos das fazendas entresos, Água Doce e Jequitibá. Além disso, as famílias que foram despejadas da ocupação a Gleba Santa Idalina em Ivinhema, acabaram acampando na Vila São Pedro em Dourados, de onde foram encaminhados para o local onde seria instalado o Projeto de Assentamento Padroeira do Brasil, em Nioaque (FREITAS, 2019, p. 17).

De acordo com a pesquisadora Alzira Salete Menegat, em 1985, havia ainda, diversos acampamentos nas cidades da região da grande Dourados, como Glória de Dourados, Jateí, Fátima do Sul, entre outras, sendo que ao final daquele ano “todos os acampamentos dessa região foram reunidos em um único local, próximo ao terminal rodoviário de Dourados, onde as famílias permaneceram por aproximadamente um ano” (MENEGAT, 2009, p. 72).

Nos anos posteriores, grande parte dos acampamentos que existiam em Mato Grosso do Sul foram centralizados em um grande acampamento nomeado Santo Inácio em Dois Irmãos do Buriti. Esse acampamento foi criado pelo governo estadual para reunir os acampamentos de sem-terra, que haviam se instalado em diversas cidades do estado para depois serem distribuídos em assentamentos criados pelo Instituto nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA) (MENEGAT, 2009).

O pesquisador Fagner Lira Bizerra, estudou, em sua dissertação de mestrado, a territorialização do MST no Mato Grosso do Sul e pontuou que:

O MST-MS realizou, ao longo desses 36 anos (1984 a 2020) mais de 100 ocupações de terra no Mato Grosso do Sul em no mínimo 31 municípios do MS, com a participação de cerca de 35 mil famílias. Registradas 98 ocupações, no entanto algumas áreas foram reocupadas até 8 vezes para que fossem definitivamente desapropriadas e transferidas aos Sem Terra, dessas 98 ocupações seis foram em conjunto com outros movimentos, porém com atuação direta do MST, como podemos observar nas tabelas 10 e 14 das ocupações de 1984 a 2019 (BIZERRA, 2019, p. 197).

Desse modo, é possível observar que a organização das/os camponesas/es por meio dos movimentos sociais teve grande relevância na luta pela terra no estado de Mato

Grosso do Sul para que houvesse a implantação dos assentamentos de reforma agrária. Sob esse ponto de vista, se pode afirmar que a distribuição de terras a partir da criação de assentamentos rurais não foi fruto de uma política agrária planejada e organizada, sendo os movimentos sociais os principais atores da pressão política exercida sobre o governo por meio das ocupações e acampamentos que exigiram dos governos a criação de assentamentos da reforma agrária (FREITAS, 2019).

1.3 Assentamentos Rurais em Mato Grosso do Sul

Com efeito, se sabe que a mais importante política pública para a população do campo de Mato Grosso do Sul é a reforma agrária, de modo que seu principal aparato é a formação de assentamentos. A implementação dessa política provém de uma demanda social para o uso da terra, expressada através das manifestações camponesas organizadas pelos diversos movimentos sociais frente a grande concentração fundiária no estado. Sob essa perspectiva, os autores Fabiano Coelho e André Alexandre Ricco de Freitas definem que:

Por reforma agrária, entende-se as ações e os programas realizados e implementados pelo Estado/Governos que visam distribuir e democratizar o acesso à terra para aqueles que querem nela trabalhar, viver e permanecer. Logo, as ações de reforma agrária visam desconcentrar a propriedade da terra, perpassando por uma questão/compromisso política/o. No Brasil, em vista da sua histórica concentração fundiária, a reforma agrária é um direito, inclusive previsto nos artigos 184 a 191, do título VII que trata “da ordem econômica e financeira”, do capítulo III intitulado “a política agrícola e fundiária e da reforma agrária”, ambos da Constituição da República. Reforma agrária, então, não se trata de esmola aos pobres do campo, mas sim um direito constitucional (COELHO; FREITAS, 2021, p. 75).

Na história do Brasil, a temática reforma agrária esteve presente em diversos momentos, desde a época da ditadura militar. Nesse período, as políticas de reforma agrária estavam atreladas ao Estatuto da Terra, que foi criado em 1964, no início do golpe militar. Em 1985 foi criado o I Plano Nacional de Reforma Agrária e em 2003 esse plano foi reeditado através do II Plano Nacional de Reforma Agrária. É fato que, historicamente no país, nenhum governo abordou o tema reforma agrária como prioridade, de modo que a abordagem do tema se restringiu a ações políticas que visavam resolver conflitos pontuais, na maior parte das vezes tensionadas pelos movimentos sociais do campo. Ou seja, “a questão não foi tratada como uma política ampla e integrada a outras pastas

estruturais do Estado, que abarcasse um planejamento de desenvolvimento territorial, a partir da redistribuição de terras” (COELHO; FREITAS, 2021, p. 75)

Desse modo, é possível observar que as políticas de reforma agrária foram impulsionadas, principalmente, pelas ações dos movimentos sociais do campo, ou seja, no Brasil, a reforma agrária com as conquistas de assentamentos rurais é essencialmente pensada, organizada, realizada e executada a partir das lutas no campo. Desse modo, a história brasileira tem demonstrado que somente há conquista de assentamentos rurais com a luta e a pressão dos movimentos sociais (COELHO; FREITAS, 2021).

Assim, no Mato Grosso do Sul, assim como em todo território nacional, a reforma agrária é resultado da luta dos movimentos sociais pelo acesso e permanência na terra, porém as contradições da política agrícola nacional que, simultaneamente, incentivou a modernização do setor agropecuário também foi responsável por pressionar os governos para a criação de pequenas propriedades rurais, a fim de amenizar os conflitos agrários decorrentes da concentração fundiária (FABRINI, 2008; COELHO; FREITAS, 2021).

Frente a pressão ocasionada pelos movimentos sociais a fim de reforma agrária, foram criados diversos mecanismos legais para aquisição de propriedades rurais com a finalidade de reforma agrária. Contudo, a gênese de um assentamento rural integra um movimento complexo, que exige diversos recursos como técnicos, humanos e financeiros, ou seja, não basta a aquisição e partilha da propriedade, sendo necessário também a promoção das condições mínimas para que as famílias camponesas possam ter uma vida digna e plena (FERNANDES, 2003).

O processo de implantação da reforma agrária tem início com a aquisição de uma propriedade que será transformada em um assentamento rural sendo condicionada a “exigências técnicas como a forma e modalidade escolhida e sua viabilidade econômica apurada por meio do levantamento das potencialidades locais e dos recursos ambientais disponíveis” (FREITAS, 2019, p. 20). Ainda, segundo o autor:

Depois disso, segue-se a seleção e instalação das famílias que serão beneficiadas, o sorteio do lote que caberá a cada família, a celebração do contrato de concessão de uso, a demarcação da área de reserva legal e proteção ambiental, bem como, a delimitação das áreas de exploração coletiva e de vivência comunitária, que permitirá sua futura urbanização (FREITAS, 2019, p. 20).

Posteriormente, há o momento da estruturação do assentamento, quando se implanta a infraestrutura necessária para permanência das famílias, como a construção de estradas, implantação da rede de água, energia e habitações. Nesse momento também são

definidas estratégias para o fomento da produção, através de financiamento agrícola e contratação de serviço de assistência técnica. Por fim se tem o momento de consolidação do assentamento, onde são realizadas as medições visando a titulação, a certificação e o registro das parcelas, além da urbanização da área coletiva através da construção de repartições públicas (escolas, postos de saúde e centro administrativo). Também são cedidas áreas para a instalação de entidades sociais (igrejas, associações, grêmios e clubes recreativos) a fim de permitir a vivência social e trocas comerciais, incentivando a emancipação e autonomia do assentamento (STEDILE, 1997; FREITAS, 2019).

Nesse contexto, devido à complexidade do planejamento e das ações, o processo de criação e consolidação de um assentamento pode durar muitas décadas, de modo que se faz necessária a superação de uma série de dificuldades que envolvem:

Desde as dificuldades técnicas na escolha do local, o tamanho dos lotes, os custos e a viabilidade econômica do empreendimento, até questões de ordem política e econômica, como a escassez de recursos, contingenciamento na liberação das linhas de crédito, manutenção da segurança alimentar, falta de moradia etc., o que explica porque é tão difícil promover a reforma agrária em grande escala (FREITAS, 2019, p. 20).

Dessa maneira, a criação e a consolidação de assentamentos da reforma agrária constitui o principal instrumento da política de reforma agrária que tem origem na relação conflituosa entre as ações do Estado e dos governos e a pressão exercida pelos movimentos sociais camponeses. Em Mato Grosso do Sul, a criação de assentamentos rurais iniciou-se no ano de 1984, de modo que o estado possui 27.88729⁷ famílias assentadas em 204 assentamentos, perfazendo uma área de 716.212,187 hectares (INCRA, 2018). As áreas dos assentamentos somadas correspondem apenas 1,93% do território do estado. No entanto, a criação de assentamento no estado foi estagnada em 2013, quando foram criados os últimos assentamentos rural, de modo que há quase dez anos a reforma agrária está estagnada em Mato Grosso do Sul (COELHO; FREITAS, 2019; CONCEIÇÃO, 2021).

Desse modo, é possível refletir que os assentamentos da Reforma Agrária constituem um território de resistência, primeiro na luta pela conquista terra e, posteriormente, pelo direito às políticas públicas e organização dos trabalhadores para

7 <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.ph>

desenvolver o assentamento e conseguir permanecer na terra. A expropriação e exploração camponesa, decorrente da modernização da agricultura e ocupação concentrada de novas terras, dentre outros fatores, fizeram e vêm fazendo do campesinato brasileiro um sujeito despossuído da terra. Contudo, a organização e a luta camponesa para retornar a terra se constituem como uma das principais características do campo brasileiro (ROOS; FABRINI, 2009; COELHO, 2014).

Capítulo 2. Assentamento Santa Mônica, Terenos/MS: histórias e memórias

Esse capítulo tem por objetivo aprofundar as reflexões sobre o território onde essa pesquisa foi construída e executada: assentamento Santa Mônica, município de Terenos, Mato Grosso do Sul.

Terenos surge como um distrito de Campo Grande pela Lei n. 1.021, de 21/09/1929 e em 1953 se tornou município através da Lei n. 674. Esse município está localizado na microrregião de Campo Grande, a qual faz parte da mesorregião Centro Norte de Mato Grosso do Sul. A altitude média da sede do município é de 437 metros e fica a 22,2 km de distância de Campo Grande, capital do Estado. A população total do município era de aproximadamente 17.000 habitantes em 2010 (IBGE, 2010), e sua área de 2.841,24 km² representa quase 0.8% do estado (SANCHES, 2013; FREITAS, 2020)

No município de Terenos se encontra um conjunto de assentamentos, dentre eles o Santa Mônica. A área foi adquirida pelo INCRA em 31/10/2005 e o assentamento foi criado pela Portaria 37, de 07/12/2005 (INCRA, 2018), constituído por 715 lotes, sob a coordenação do MST, FETAGRI e CUT, em que cada família possui uma área em torno de 6 a 7 hectares. O Assentamento Santa Mônica tem uma área de 7.960,24 hectares e fica localizado a 50 km da sede municipal e a cerca de 27 km da Rodovia BR-060, que liga os municípios de Campo Grande e Sidrolândia (SANCHES; MARQUES, 2013).

Os grupos que coordenam o Assentamento Santa Mônica estão organizados da seguinte maneira:

- ✓ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): 166 famílias. Cada grupo de 10 famílias aproximadamente e forma um núcleo de base e a cada 5 núcleos de base formam uma comunidade. O Grupo do MST tem 3 comunidades;
- ✓ Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI): 461 famílias. As famílias são organizadas em 21 grupos.
- ✓ Central Única dos Trabalhadores (CUT): 88 famílias. As famílias são organizadas em 2 grupos, de 44 famílias cada.

O assentamento conta com redes de água e energia elétrica, além de escola e posto de saúde. Também são ofertados cursos de extensão rural e possibilidade de participação em projetos de incremento e diversificação da produção (SANCHES, 2013).



Fonte: Arquivo fotográfico realizado pela pesquisadora Sandra Procópio, durante o período de pré-assentamento e início do assentamento, em 2006.

2.1 O povo do campo: a construção do campesinato sul-mato-grossense

A compreensão da vida no campo envolve o entendimento não só da/o morador/a, mas também a consciência coletiva desse meio no qual se está inserida/o. Desse modo, a vida de um/a camponês/a inserido num assentamento é perpassada pela sua identidade, que é moldada pela memória das lutas passadas, da vida em acampamentos, experiências vividas em grupo e tradições que compõem a sua trajetória até o assentamento (MENEGAT, 2008).

A autora Annette Aurélie Desmarais (2012) aponta as principais características do campesinato:

- Independência: Unidades de produção menores, menor dependência de insumos, fontes externas de conhecimento, energia e crédito; maior autossuficiência individual e da comunidade; ênfase prioritária em valores, conhecimentos e habilidades pessoais.
- Harmonia com a natureza: o ser humano é parte e dependente da natureza; a natureza provê recursos e também é valorizada para o próprio bem.
- Abdicação: consumo sustentável, estilo de vida mais simples; acesso equitativo a necessidades básicas.

A própria noção de espaço, no campesinato, relaciona o espaço geográfico com as relações sociais nele representadas (LEFEBVRE, 2013). O lugar, ou seja o lote como um todo, é compreendido como um produto social, não se restringindo à habitação ou ao seu entorno imediato. Assim, a produção agrícola bem sucedida nesse espaço refletirá o sucesso da família campesina e, na escala ampliada, o assentamento passa a ser o produto social da coletividade do assentamento e que será exibido para a sociedade como um todo.

Sob essa perspectiva, a campesinidade pode ser entendida como o modo de vida que estabelece em um único lugar o tempo, o espaço de produção e de convívio familiar - a noção de casa-quintal-trabalho. Na última década., esse modo de vida vem sendo influenciado pelas interferências da cidade e pela própria mudança de perfil das famílias assentadas (WOORTMANN, 1990; LEFEBVRE, 2013).

Desse modo, é possível observar que o perfil da/o camponês/a assentada/o tem sido modificado, tornando-se cada vez mais urbanizado. Por um lado, isso pode ser entendido como um reflexo das oportunidades criadas no campo, a fim de propiciar a permanência das famílias, como por exemplo os financiamentos para produção agrária, habitação, capacitação, educação. Por outro lado, é importante considerar as dificuldades enfrentadas no meio urbano, onde o assalariamento é condição para a manutenção da família.

Ao analisar os Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDAs) de cinco assentamentos em Mato Grosso do Sul, é possível notar que pelo menos metade dos moradores tem origem no próprio estado e o restante são provenientes de outros pelo menos quinze estados (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL, 2009a, 2009b, 2009c, 2009d, 2009e, 2009f). Nesses planos não estão disponibilizadas informações sobre a origem urbana ou do campo, mas estima-se que nos assentamentos próximos de grandes áreas urbanas, o perfil do assentado será mais urbanizado, pois o MST busca alocar famílias próximas da sua origem (SANTOS, 2010).

Desta maneira, desprovidos de qualificação e estudo, as famílias assentadas geralmente são famílias que saem da cidade e procuram sobrevivência no campo, porém, não são naturalmente agricultores. Assim, há uma tendência das famílias campesinas se tornarem menos agrícolas e em algumas regiões, pluriativas, pela dificuldade de iniciar uma lavoura produtiva ou para a complementação de renda da família (WOORTMANN, 1990).

Nesse sentido, a diversificação acaba sendo uma estratégia viável para garantir a permanência das famílias assentadas no campo, preservando as atividades agrícolas de pequena escala e evitando o retorno para a cidade. Assim, as atividades acrescidas no sustento, em geral, não requerem qualificação e frequentemente são informais, como as atividades domésticas, diaristas em lavouras de terceiros ou atividades da construção civil (NASCIMENTO, 2004).

A pesquisadora Alzira Menegat (2008), ao analisar as novas atividades desempenhadas pelas mulheres no Assentamento Taquaral (Corumbá, MS), observa que o assalariamento urbano ocorre nos assentamentos próximos de centros urbanos e que o trabalho doméstico, apesar de ser cotidiano para as mulheres desde a infância, como forma de trabalho, é visto como inferior às demais formas de trabalho, incluindo os relacionados à agricultura.

Nessa complexidade, há pressão dos movimentos de luta pela terra para que a base geradora principal seja o cultivo de alimentos, como um critério para justificar a permanência da família no lote. Contudo, nos assentamentos de ocupação recente, os trabalhos coletivos entre famílias são pouco aceito, dadas as diferentes origens das famílias e o histórico de conflitos, sendo restritos às relações entre parentes. Desse modo, prevalecem no primeiro momento do assentamento, o projeto da família e as estratégias de permanência no lote sobre os outros projetos, sendo essas as causas da dificuldade de adesão às propostas de trabalho coletivo oferecido pelas assessorias, segundo a pesquisadora Marisa Lomba Farias (2008).

É fato que reduzir a dependência da produção da cidade é uma condição para a formação de um conjunto de valores para o campo, reconhecendo as potencialidades que a diversidade campesina proporciona, seja em relação aos território, às diferenças entre as identidades campesinas, paisagens e produção agrícola. Essa é uma estratégia que pode contribuir para agregar mais sustentabilidade e colaborar a fim de se construir um modelo de produção próprio e específico, em conformidade com a realidade campesina local e sem a necessidade de copiar os padrões da cidade.

2.2 Camponesas e camponeses do Assentamento Santa Mônica

Nessa pesquisa, o perfil das/os interlocutores é de homens (3) e mulheres (3), com idade de 40 a 57 anos, cujas famílias são provenientes do campo e que, antes de se

assentarem em Santa Mônica viviam em Campo Grande, de modo que metade das/os interlocutores/as participaram do período de acampamento.

Os dados referentes à exclusividade de origem relacionado ao Mato Grosso do Sul encontrado nessa pesquisa está relacionado com o recorte amostral definido, onde se buscou referências de luta pela terra que estão presentes no assentamento desde o seu início. A pesquisadora Mariana Coletti e colaboradores (2010), em um estudo sobre o perfil das/os moradores do Assentamento Santa Mônica revela a real multiplicidade de origem no assentamento, demonstrando que as/os camponesas/es assentadas/os do Grupo MST (Comunidades 1 a 3), que totalizam 166 famílias, são originárias/os de 15 estados, sendo que 61% (101 famílias) são de Mato Grosso do Sul, seguido por 14% (24 famílias) do Paraná e o restante dos outros estados.

Os assentamentos da reforma agrária são constituídos por uma multiplicidade de pessoas que se originaram nas mais diversas regiões do país e que se inter-relacionam com culturas diferentes, construindo assim, este território tão importante para a construção socioeconômico desses sujeitos sociais. No entanto, as problemáticas de acesso à políticas públicas necessárias ao desenvolvimento do assentamento, limitam o acesso aos recursos, à comercialização da produção e ao acompanhamento técnico necessário para a implementação das demais políticas públicas, sendo relatado pelas/os interlocutoras/es a ausência da ATER onde todas/os as/os participantes da pesquisa não se lembram da última vez em que recebeu uma visita de um/a técnico/a.

Informações como esta representam o descaso dos Estado à agricultura camponesa, que apesar de sua importância para a produção de alimentos fornecida ao mercado interno, não é prioridade no que tange à execução das políticas públicas agropecuárias no Brasil. De acordo com o Boletim do Plano Safra 2022/2023, a destinação de recursos para a agricultura familiar foi de 53,61 bilhões, enquanto que para o agronegócio o governo federal destinou 243,52 bilhões.

Já o teto de valores para investimento para agricultores familiares vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) limita-se à 200 mil, enquanto que para a agricultura empresarial o teto de investimentos ficam acima de um milhão de Reais, podendo chegar à 65 milhões em algumas linhas de créditos e com carência de até 12 anos para começar a pagar (Brasil, 2022).

A discrepância de tais valores, das burocracias para acesso ao crédito, bem como a limitação de recursos e cortes em orçamentos, geralmente recaem sobre as linhas de

créditos que atendem agricultoras/es assentadas/os. No ano de 2022 logo após o lançamento do Plano Safra mencionado, o Governo Federal emitiu uma Circular SEI nº 561/2022, através do Ministério da Economia onde suspendeu os recursos, impactando diretamente as famílias assentadas que necessitavam de crédito agrário para a safra 2022/2023.

Com exceção ao PRONAF, a agricultura camponesa na qual os assentamentos da reforma agrária são incluídos, não dispõe de outras linhas de crédito. Em relação as interlocutoras/es que contribuíram com a pesquisa, um deles ainda não recebeu nenhum tipo de investimento, e de seis integrantes, duas famílias ainda não acessaram o PRONAF/A, mesmo estando assentados/as há mais de 16 anos. Vale ressaltar que o PRONAF/A é o crédito destinado aos investimentos para geração de renda das famílias e, sem acesso a ele, dificilmente a famílias que vieram de um processo de acampamento e descapitalizadas conseguirão desenvolver uma atividade de geração de renda no lote, e geralmente terão que realizar algum trabalho fora do sítio ou contar com alguma renda governamental para sobreviver.

Durante a pesquisa pude constatar que das seis famílias que contribuíram com esta pesquisa, apenas uma delas não exerce trabalho remunerado fora do lote, bem como, não recebe auxílio governamental. É importante frisar que todas estas famílias possuem parte dos seus integrantes que exercem as atividades do sítio e alguém foi designado para exercer atividades externas, afim de contribuir na renda familiar.

Nesta busca de alternativas para melhorar a renda familiar, ao serem indagadas/os se realiza alguma atividade fora da propriedade e se sim, qual seria esta atividade, um deles trabalha com um comércio dentro do sítio, onde parte de sua renda ainda vem da propriedade, já que o mesmo produz peixes e esta produção supri parte de sua demanda na fabricação de porções que são comercializadas na lanchonete. A outra assentada trabalha em uma cooperativa dentro do assentamento, porém como funcionária da mesma, conforme depoimento a seguir:

Então, eu trabalho com a associação, onde a gente trabalha com mandioca. Na verdade, os associados plantam, pra poder entregar nessa associação, que acaba sendo uma indústria, no final das contas, por quê? Ela comercializa produto. Lá a gente trabalha com ela, ela chega bruta da roça, e a gente lava, casca, embala, empacota, e é levado pra Campo Grande, onde lá tem uma distribuidora onde é entregue no Mato Grosso do Sul inteiro, que aí gera a renda pras mulheres que trabalham

lá. Dentro do assentamento mesmo (C.L.B, mulher, 42 anos, fevereiro de 2022).

Há outra realidade bastante comum nos assentamentos de reforma agrária, o que também ocorreu no assentamento Santa Mônica, em que muitas assentadas e assentados ao serem oportunizados pela disponibilização de parcerias entre PRONERA/INCRA e universidades públicas brasileiras ou estrangeiras, puderam adentrar à faculdade e ter um diploma de nível superior, além de muitos destes dar sequência aos estudos, concluindo cursos de pós-graduação em diversos níveis e/ou sendo aprovadas/os em concursos públicos e portanto, tendo outra renda não agropecuária, muitas vezes atuando nas escolas, agências de extensão rural ou demais atividades que lhe forem cabíveis. Vale ressaltar que o estudo é uma das lutas que o MST pautou desde sua formação, na década de 1980. A interlocutora L.D.M de S., educadora na rede pública do Estado de Mato Grosso do Sul, ao ser perguntada sobre o que a levou à luta pela terra, conta orgulhosa de sua trajetória de conquistas através das oportunidades que a luta pela terra e o MST lhe proporcionou, conforme relato a seguir:

Um conjunto de coisas: desemprego, deixar de almoçar porque não sabia o que os filhos iam comer na janta, isso ainda mexe muito comigo. Acreditar que eu poderia ter uma vida mais digna do que a que eu estava tendo na cidade, porque eu trabalho desde os 8 anos de idade. Quando criança, fiquei um período sem trabalhar, mas assim, com uma certa frequência. E aí chegar num ponto de ficar conversando sozinha, "o que eu faço, o que eu faço?". Eu não sabia pra onde correr, sem saber como se comportar pra ter uma vida melhor, não tinha uma casa, tinha um barraco. Era meu lar, né, mas não tinha uma casa minimamente com uma boa estrutura pra acolher meus filhos, desempregada, depressiva, sofrendo por diversas questões sociais, me sentindo incapaz. E quando eu acampeei, eu... bem, eu sempre tive uma família muito acolhedora, muito unida, muito solidária, mas fora da minha família, do meu sangue, eu encontrei uma outra família, né. Porque eu nunca tinha visto, fora da minha família, eu nunca tinha visto alguém dividir com outras famílias um pacote de arroz, o único pacote de arroz que ela tinha, sem saber o que ela ia comer no dia seguinte, e no acampamento eu vi isso acontecer algumas vezes. Eu tenho essa lembrança, e outras, mas essa lembrança é uma coisa que me marcou muito forte. O que é companheiro, o que é ser companheiro, foi nessa época, nesse momento que eu aprendi.

Quando eu tive o acesso à terra, a minha conquista não foi só de um pedaço de chão, de um 3 por 4. Foi uma conquista de dignidade mesmo,

porque eu conquistei a terra, eu conquistei a minha casa, eu voltei a estudar, porque pra mim, antes disso, era humanamente impossível, eu não posso dizer de fato impossível, mas com todo o contexto de como eu me sentia tão destruída, tão incapaz, tão incompetente, tão impossível de conquistar, e precisando cuidar dos meus filhos, sem tempo pra pensar no estudo, com todas as outras coisas que estavam latentes na minha cabeça, sobre as minhas necessidades e dos meus filhos. E eu voltei a estudar, eu terminei o ensino médio. E graças, claro, graças a eu estar aberta a essa possibilidade, mas principalmente graças às pessoas que me acolheram, o movimento que me acolheu, as pessoas que me sacudiram e me disseram que eu sou capaz, que eu poderia sim. Então terminei o ensino médio em 2006, no ano que eu vim pra cá, em 2007 eu prestei o vestibular na UFGD, na parceria da UFGD com o PRONERA. Em 2008 eu comecei a faculdade, em 2012 eu terminei, em 2013 eu fiz o concurso, 2014 eu fui chamada. Então assim, pra mim, foi uma sequência de coisas boas que se eu não tivesse acampada, eu não teria conquistado. Então o acampamento pra mim, o significado dele é muito mais do que um pedaço de chão, que é muito importante, mas é muito além disso. O significado é muito maior (L.D.M de S, mulher, 46 anos, fevereiro de 2022).

A partir deste depoimento é possível perceber a importância que a luta pela terra tem, não apenas na conquista pela terra, mas na conquista da dignidade, do estudo e do conhecimento sociopolítico. Os espaços de acampamento e assentamento formam seres humanos mais conscientes de sua classe e, portanto, mais empáticos com os problemas sociais, com capacidade de intervenção crítica em qualquer espaço que ocupe, seja dentro do assentamento em que faça parte ou em outros espaços em que atue. Sendo assim é possível afirmar que o assentamento Santa Mônica também é um território de recriação do campesinato, que ao mesmo tempo que tem o vínculo com a terra, com as plantas e animais que criam, com a comunidade em que fazem parte, estes sujeitos sociais também se inter-relacionam com outros grupos sociais, compartilhando as vivências e experiências adquiridas no processo de luta.

Como percebido por meio das falas das/os interlocutoras/es desta pesquisa, o assentamento Santa Mônica possui muitas histórias e trajetórias de luta que culminaram na formação desta comunidade e na construção de sua identidade, na superação dos desafios encontrados por suas famílias, mas com algo em comum; a resistência na terra e a defesa do seu território. Resistir na terra é tão importante quanto resistir no

acampamento e todas as estratégias de resistência são necessárias para enfrentarmos os latifúndios, sejam eles; os grandes empresários rurais que atualmente invadiram os assentamentos através dos arrendamentos e dos monocultivos de soja e milho, ou os latifúndios do conhecimento, onde a maioria de nós não teríamos oportunidade se não fosse a luta que os movimentos sociais, em especial o MST faz para que as camponesas e camponeses possam adentrar as universidades e ousarem sonhar com um curso superior, um mestrado ou até mesmo, ser um ou uma “doutor/a camponês/a”, que conheça o peso da caneta e da enxada, podendo ter a consciência de que apesar da leveza de uma caneta, o poder que ela exerce é e sempre será maior do que o peso de uma enxada ou das mãos calejadas de um/a agricultor/a.

Termos a consciência deste peso e desta responsabilidade e, isso nos motiva a desenvolver pesquisas que relatem os desafios das famílias que vivem nos assentamentos e que enfrentaram a luta e as mesmas dificuldades de quem está caminhando para conseguir um título de mestre. A educação não pode ser uma porta para nos distanciarmos da realidade e da perda da consciência de nossa classe. Ela serve para dar voz aos que não tiveram as mesmas oportunidades ou que escolheram ser apenas camponês ou camponesa e viver no assentamento junto de suas famílias.

Capítulo 3. Extensão Rural: experiências das famílias no Assentamento Santa Mônica

O modelo de extensão rural adotado no Brasil baseou-se concretamente no modelo estadunidense, de forma de que por trás do discurso empregado, marcado acentuadamente pelos aspectos sociais e produtivos, na verdade, se tratava da expansão do capitalismo no campo, sem a preocupação de incorporar as características da realidade brasileira. Mesmo que esse modelo tenha obtido êxitos pontuais, como o aumento da produção e da produtividade de determinadas culturas e regiões, colaborou para as desigualdades sociais e econômicas do campesinato brasileiro (MASSELI, 1994).

No país, a introdução do serviço de extensão rural teve o apoio de universidades e centros de pesquisa, aliás, a própria formação universitária direcionada ao modelo estabelecido, criou um tipo de profissional que assumia o compromisso de modernizar uma agricultura que era considerada atrasada. Por outro lado, percebe-se também que os profissionais técnicos encontram sérios problemas para atuar diante de novos paradigmas de desenvolvimento, os quais atualmente são pautados na percepção da importância da participação, da sustentabilidade e do enfoque sistêmico/holístico (CAPORAL; RAMOS, 2016).

Desse modo, é possível notar a existência da/o profissional de assistência técnica e extensão rural que, pela sua formação, terá dificuldades em contemplar as demandas de seu público-alvo, ou seja, as/os camponesas/es. Ainda que, pelas valiosas experiências acumuladas, demonstre avanços nos serviços prestados, há também a certeza de que há um longo caminho a ser percorrido até que os serviços oferecidos contemplem a integridade das demandas do campesinato (OLIVEIRA, 2009).

3.1 Extensão Rural e Agroecologia

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é de grande importância para o desenvolvimento rural que foi pautada desde a formulação da Constituição Federal do Brasil de 1988, em que o artigo 187 define que:

A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

- II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
 - III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
 - IV - a assistência técnica e extensão rural;
 - V - o seguro agrícola;
 - VI - o cooperativismo;
 - VII - a eletrificação rural e irrigação;
 - VIII - a habitação para o trabalhador rural.
- § 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.
- § 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária (BRASIL, 1988, pag. 133-134).

A Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010, que Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, em seu Artigo 3º, dentre os princípios do PNATER que a Assistência Técnica e Extensão Rural deve realizar: “III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;” (BRASIL, 2010).

É importante frisar que estas providências dadas pela Constituição de 1988 são muito relevantes e possibilitaram nortear outras leis específicas no que diz respeito às políticas públicas de extensão rural, créditos agropecuários, dentre outras definições indispensáveis às/aos camponesas/es. O parágrafo segundo, do Artigo 187 da Constituição Federal ainda define que todos os incisos do Artigo, incluindo a política de ATER e créditos, precisam ser compatíveis com as políticas agrícolas e de reforma agrária, ou seja, há uma necessidade de uma extensão rural que dialogue com as especificidades dos diversos seguimentos de pequenos agricultores, principalmente aos assentamentos da Reforma Agrária.

Essa legislação específica para a ATER institui diversas questões importantes para o desenvolvimento dos assentamentos em uma perspectiva abrangente, valorizando os saberes já existentes, difundindo técnicas mais sustentáveis e coletivas, como a agroecologia. Neste contexto, vale ressaltar que a forma de produzir, o acompanhamento sistemático e frequente, a dialogicidade entre técnicos e agricultores e a implementação das políticas públicas de créditos, comercialização e geração de renda, são alguns dos fatores de grande relevância para a agricultura de base familiar.

Assim, desde meados do século passado uma das frentes da política de desenvolvimento da agricultura brasileira teve como meta a pesquisa agropecuária e os serviços de extensão e assistência técnica. No início da década de 1970, foram criadas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), além de organizações criadas nos âmbitos estaduais e municipais, constituindo redes de pesquisa e extensão rural com alto grau de alcance. Mais precisamente em 1975, com a criação da Embrater e a consequente implantação das Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), criou-se nova conformação jurídica e institucional para o sistema que passou a ser totalmente estatal, na forma de empresas públicas. Nesse período, o Sistema Sibrater cresceu, equipou-se e atingiu o máximo em termos de dimensão, tornando-se o maior sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural estruturado do mundo e uma das referências mundiais no setor sistema de extensão rural estatal atingiu todos os estados brasileiros e o Distrito Federal (NADAI 2017, p. 6).

Sob essa perspectiva, os serviços públicos em ATER foram criados no Brasil a partir da experiência implementada em 1948, no estado de Minas Gerais, baseado no modelo de desenvolvimento capitalista. Este serviço passou por diversos processos de modificações a partir de críticas voltadas à forma de atuação dos profissionais da extensão. O autor Marcus Peixoto, ao realizar uma abordagem história sobre a ATER no Brasil, afirma que a expansão deste serviço embora teve início em Minas Gerais, nas décadas seguintes à 1948 foi se expandindo para os demais estados brasileiros.

A institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no País se deu ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21/06/1956. As Acar eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros (PEIXOTO, 2008, p. 17)

É importante frisar que a formação tecnicista, voltada à implementação do chamado “pacote tecnológico”, que prevalecia nas escolas técnicas e faculdades de Agronomia, ajudaram a disseminar a ideia desenvolvimentista e altamente dependente de insumos externos, com custos elevados e pouquíssima autonomia dos agricultores.

Para as/os camponesas/es, ao transformar a agricultura como um negócio rural, com uma produção voltada a atender o mercado, também passou a produzir menos para

a subsistência familiar e conseqüentemente, a perda da diversidade alimentar. Atualmente, os serviços de ATER são executados por entidades públicas e privadas atendendo, prioritariamente, as demandas da agricultura familiar e a inovação se dá pelo uso mais amplo de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), como tem sido defendido pelo Governo Federal através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, através da criação da ATER Digital, em fase de implementação em todo Brasil (SANTOS, 2021, p. 37).

Segundo análises do próprio governo, estes serviços de ATER de modo geral, têm auxiliado os agricultores familiares no acesso às políticas públicas e conseqüentemente na ampliação de suas perspectivas socioeconômicas e no desenvolvimento local (SANTOS, 2021, p. 38).

No entanto, tais afirmações não traduzem a realidade dos assentamentos na atualidade. Existe uma imensa lacuna entre os objetivos idealizados pela ATER Digital, cujo programa foi criado para melhorar o acesso à extensão rural nos últimos anos (marcados pela situação de pandemia da Covid-19), e sua concretização. Apesar da melhoria do acesso à internet na área rural, é importante frisar que este sistema ainda contém falhas de acesso de diversas ordens como, a baixa escolarização dos agricultores e agricultoras por exemplo, dificuldades para compreender e operar as tecnologias de comunicação, impossibilitando o acompanhamento. Por outro lado, as empresas públicas de assistência técnica e extensão rural também não conseguiram oferecer um serviço de ATER e metodologias que pudessem estar acessíveis ao público.

Neste sentido, observa-se através da organização das/os camponesas/es, um conjunto de propostas materializadas na luta pela terra e luta na terra. Resultante do processo de luta, as/os camponesas/es têm procurado constituir uma organização nos assentamentos a fim de que possam garantir seu modo de vida camponês (ROOS; FABRINI, 2012). Todo este conjunto de singularidades tornam os assentamentos, um lugar com características camponesas, o que os diferenciam da agricultura patronal, sendo necessário que o/a extensionista rural possuam uma formação que contemple os aspectos da agricultura familiar camponesa.

Pires e Novaes (2021) destacam que as classes proprietárias até toleram a existência de feiras agroecológicas, cursos de formação em cooperativismo, alguns assentamentos agroecológicos, experiências isoladas de cooperativismo e associativismo, desde que essas atividades não abalem os pilares de dominação na sociedade de classes:

propriedade privada dos meios de produção, venda da força de trabalho, Estado como aparato de reprodução do capital e que promova a educação pró-capital.

Para Freire (1983) faz-se necessário submeter a palavra “extensão” a uma análise crítica. De um ponto de vista semântico, sabemos que as palavras têm um “sentido de base” e um “sentido contextual”. Para o autor, esta análise crítica é necessária, uma vez que o significado da palavra não corresponde a um processo de educação de via dupla. A dicotomia do termo tornou-se uma prática cotidiana nas relações técnico *versus* camponesas/as. Freire afirma que:

[...] em cada um dos contextos seguintes, a palavra extensão tem um sentido específico: “Este escritório tem três metros de extensão”. “A cor tem como essência a extensão do corpo”. “A extensão do termo extensão foi um dos temas analisados na semana de estudos”. “A palavra estrutura que, por sua etimologia, se ligou inicialmente ao arquitetônico, sofreu uma extensão significativa e passou a ser empregada em economia, linguística, psicologia, antropologia, sociologia, etc.”. “Pedro é agrônomo e trabalha em extensão. [...] O sentido do termo extensão, neste último contexto, constitui o objeto do nosso estudo. Mais do que em qualquer dos casos exemplificadores, o termo extensão, na acepção que nos interessa aqui – a do último contexto – indica a ação de estender e de estender em sua regência sintática de verbo transitivo relativo, de dupla complementação –: estender algo a (FREIRE, 1983, p. 11).

Paulo Freire fez uma análise tendo como objeto o termo extensão. Ao fazê-la, buscando descobrir as dimensões de seu campo associativo, destaca que facilmente seremos induzidos a pensar em:

Extensão Transmissão
Extensão Sujeito ativo (o que estende)
Extensão Conteúdo (que é escolhido por quem estende)
Extensão Recipiente (do conteúdo)
Extensão Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fala em atividades extra-muros)
Extensão Messianismo (por parte de quem estende)
Extensão Superioridade (do conteúdo de quem entrega)
Extensão Inferioridade (dos que recebem)
Extensão Mecanicismo (na ação de quem estende).
Extensão Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem (FREIRE, 1983, p. 12).

Estas considerações acerca da palavra “extensão” são importantíssimas para compreendermos a necessidade de mudanças e melhorias na relação camponês/técnico, estabelecendo um diálogo em que o saber camponês não seja simplesmente ignorado. Para Balem (2015), na ação extensionista não existe conhecimento superior ao outro, mas

um encontro entre o que o agricultor e o extensionista sabem. A partir do qual se estabelecem diálogos e tomam-se decisões compartilhadas sobre um tipo de mudança que se deseja favorecer ou provocar.

De acordo com Freire (1983), a teoria e a prática são algo indissociável, a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira. A prática, por sua vez, ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente. O autor afirma que a teoria implícita na ação de estender, na extensão, é uma teoria antidualógica. Como tal, é incompatível com uma autêntica educação.

O caráter antidualógico do termo extensão se depreende facilmente das análises que feitas por Freire (1983), ao ser estudado o termo “extensão” do ponto de vista semântico, bem como as e discussões sobre seu equívoco gnosiológico. A antidualogicidade e a dialogicidade se encarnam em maneiras de atuar contraditórias, que, por sua vez, implicam teorias igualmente inconciliáveis. Isso nos dá a dimensão extraordinária da missão educadora que o extensionista possui, frente as ações práticas juntos aos agricultores camponeses e camponesas e, por isso, a necessidade de analisar criticamente o conjunto da extensão rural, inclusive o conceito da palavra “extensão”.

Caporal (2007) afirma que, como consequência dos aspectos não dialógicos, as disciplinas que tratam dos aspectos da vida, do indivíduo, de suas relações, da sociedade onde ele vive, trabalha e atua, costumam ser desviadas em sua importância e inclusive costumam ter muito menor peso no conjunto do programa de formação. Este é o caso da Sociologia, mas também o é da Extensão Rural que, quando está presente nos currículos, está destinada a cumprir a tarefa de oferecer ao futuro profissional os instrumentos através dos quais pode fazer impor seu conhecimento diante do agricultor para garantir, mediante o uso de uma metodologia específica, a reprodução do modelo no qual e para o qual foi preparado.

A análise de Caporal (2007) reafirma o que Freire (1983) conceitua como invasão cultural, em que a/o técnica/o, através do conteúdo apreendido por ela/e, seja na academia ou em sua prática cotidiana, reflete a visão daquele/a que o leva e que superpõe aos que passivamente o recebem. Estas maneiras de atuar se encontram em interação; umas no “que fazer” antidualógico; outras, no dialógico. Deste modo, o que distingue o “que fazer” antidualógico não pode ser constitutivo de um “que fazer” dialógico, e vice-versa.

Entre as várias características da teoria antidialógica da ação, as análises freirianas se detiveram em uma: a invasão cultural. O conceito de “invasão cultural” retrata esta dicotomia da teoria e prática aplicada à extensão rural, uma vez que tanto o termo quanto a prática pedagógica de parte dos profissionais desta área deixam uma lacuna na inter-relação dialógica entre técnico/a *versus* agricultor/a. O autoritarismo que predomina nas relações entre extensionistas e camponesas/es neste contexto, não está associado a repressões físicas. Dá-se também nas ações que se fundamentam no “argumento de autoridade”. “Isto é assim porque é – a técnica já o disse – não há que discordar, mas sim que aplicar” (FREIRE, 1983, p. 62).

Diante do exposto é possível afirmar que o desafio dos técnicos não se restringe aos conhecimentos técnicos/científicos. É preciso aprofundar as vivências e reflexões para que seja possível construir novas metodologias e aprendizados em que a dialogicidade seja o elemento central nas relações entre técnicos/as e camponeses/as, construindo assim o que Freire (1983) sugere como um novo conceito para “extensão rural”, unindo-se ao que Caporal (2007) propõe como “novo profissionalismo”, tornando-se esta política pública tão imprescindível aos camponeses e camponesas, com um olhar mais amplo, humano e dialógico.

Um “novo profissionalismo”, ademais, requer que se reconheça que nem sempre o que pensamos e estabelecemos como necessidades dos indivíduos e grupos assistidos corresponde às necessidades sentidas por eles mesmos, de modo que o agente deveria estar, cotidianamente, buscando identificar os valores próprios dos beneficiários.

Caporal (2007) ainda complementa a ideia ao afirmar que um “novo profissionalismo” exige que, ao contrário do enfoque reducionista e cartesiano da formação profissional convencional, se adote uma formação mais multidisciplinar ou, pelo menos, se ampliem aspectos formativos que levem a uma maior capacidade de dialogar com outras profissões e interagir com outras disciplinas, características estas que “conversam” melhor com a agroecologia como modo de produção camponesa.

O “novo profissionalismo” é um grande desafio e requer uma ampla ação de capacitação e reciclagem de agentes de extensão rural que já estejam atuando. Em qualquer caso, salienta-se que não se menospreza o papel dos especialistas, que devem se integrar também aos processos (CAPORAL, 2007). Ambas reflexões acerca da política pública de ATER, evidencia a importância do papel desempenhado pelos técnicos/as

junto aos agricultores camponeses e camponesas, onde a presença de um diálogo respeitoso entre ambos os saberes poderá surgir um novo conceito de “extensão rural”.

Vale ressaltar que, embora os conceitos que devam constituir esta nova política pública de ATER ainda gerem certas controvérsias, há uma unanimidade na compreensão sobre a importância da dialogicidade entre técnicas/os e camponesas/es. Caporal (2007) ainda acrescenta que o diálogo é o encontro amoroso de mulheres e homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos.

Zuin e Soares Zuin (2006, p.51) afirmam que, embora haja na atualidade a necessidade de um desenvolvimento sustentável no País, seja por conta dos ambientes institucionais, seja pelas necessidades do consumidor, há uma maior pressão para que os serviços públicos da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER – modifiquem as suas práticas. Nesse sentido, a definição das políticas para o desenvolvimento sustentável diz ser fundamental para uma agricultura que não se fundamente apenas em transferência de tecnologias (prática extensionista convencional), mas que faça uso de uma metodologia participativa. Levando em consideração as experiências empíricas dos produtores rurais, os autores propõem um Modelo de Desenvolvimento de Produto em Propriedades Rurais (PDP rural) como uma opção para a produção de alimentos sustentáveis.

Na visão de Zuin; Soares Zuin (2006, p. 54) utilizando o referencial teórico de Paulo Freire e entendendo os processos de ensino-aprendizagem como *práxis* que resulte em uma sociedade sustentável e mais humanitária, busca-se por meio do diálogo fornecer instrumentos as/aos camponesas/es do programa de reforma agrária, de forma que os levem a produzirem alimentos sustentáveis, tornando-os ao mesmo tempo, sujeitos desse processo.

Roos; Fabrini (2012) destacam ainda que a luta para permanecer na terra fez com que as/os camponesas/es buscassem alternativas para sustentar o seu modo de vida. Dentre as alternativas utilizadas pode-se citar as formas organizativas baseadas no associativismo e no trabalho comunitário, tornando o associativismo e cooperativismo, um dos princípios da extensão rural. Apesar das diversas experiências já consolidadas de cooperativismo nos assentamentos da reforma agrária e seu inegável papel na resistência das/os camponesas/es e no desenvolvimento da agroecologia, vale ressaltar que os limites para o avanço desses princípios emancipatórios ainda são imensos.

Sendo assim, o aprofundamento do estudo e análises sobre os conceitos que embasam uma nova proposta de ATER é fundamental para os assentamentos de reforma agrária, em que os conhecimentos e soluções para os problemas locais ou globais sejam construídos coletivamente entre técnicas/os e camponesas/es. Fica evidente que os conhecimentos tecnicistas gerados nas academias, em sua maioria não contemplam as especificidades do público assentado, principalmente os novos assentados da Reforma Agrária, visto que esta “invasão cultural” conceituada por Freire (1983), em que não considera os conhecimentos locais, podendo gerar grande frustração dos sonhos desses sujeitos.

É importante ressaltar que este novo paradigma de extensão rural está associado a agroecologia, uma vez que esta ciência tem princípios fundamentais, como o respeito e valorização dos conhecimentos tradicionais, o diálogo como base para a construção dos saberes e técnicas que valorizem os agroecossistemas, sendo o ser humano parte deste contexto.

A agroecologia se constitui como uma ciência fundamentada na interdisciplinaridade e multidisciplinaridade e vem se constituindo na ciência basilar de um novo paradigma de desenvolvimento rural, sendo construída ao longo das últimas décadas. Para Caporal (2007), isto ocorre, dentre outras razões, porque a Agroecologia se apresenta como uma matriz disciplinar integradora, totalizante, holística e capaz de aprender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas (ciências agrárias, ciências humanas, socioeconômica, etc.) e se constituiu desde seu surgimento como ciência a mais viável, quando os objetivos eram processos de transição dos modelos atuais de desenvolvimento para sistema de produção mais sustentáveis.

A agroecologia, por ser uma ciência calcada na interdisciplinaridade consegue contemplar diversos ramos da ciência que à torna mais completa, holística, dinâmica, etc., e sendo assim, possui muita similaridade com o “modo de ser camponês” e suas singularidades. Sendo assim, a extensão rural voltada aos princípios da agroecologia traz muitas contribuições positivas para a agricultura camponesa, uma vez que os profissionais que possuem esta formação, conseguem compreender não apenas as técnicas produtivas, mas também o contexto em que a agricultura camponesa está inserida.

Se os saberes agroecológicos, cooperativos e associativos contribuem para a emancipação camponesa, não é difícil de imaginar o porquê as escolas agrônomicas não incluem este tipo de ensinamento na formação dos profissionais que atuarão como

extensionista rural nas instituições públicas ou privadas nos assentamentos. No entanto, a Lei 12.188/2010, em seu Art. 4º, nos parágrafos a seguir estabelecem que se deve:

- IX - apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;

- X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;

Sendo o associativismo/cooperativismo e Agroecologia, parte dos princípios fundamentais do PNATER, é dever da extensão rural realizar processos de formação e capacitação das/os camponesas/es assentados para fortalecer as iniciativas coletivas. Neste sentido, o perfil dos técnicos e técnicas que compõem as instituições de ATER são determinantes para a implementação de uma extensão rural mais dialógica e emancipadora.

Freire (1983) afirma que o trabalho como agrônomo educador não pode limitar-se apenas, à esfera da substituição dos procedimentos empíricos das/os camponesas/es por suas técnicas. O autor afirma ainda que; duas razões básicas nos levam a esta afirmação: a primeira é porque é impossível a mudança do procedimento técnico sem repercussão em outras dimensões da existência humana. O agrônomo não pode, em termos concretos, reduzir o seu “que fazer” a esta neutralidade inexistente: a do técnico que estivesse isolado do universo mais amplo em que se encontra como homem. A outra, é pela inviabilidade de uma educação neutra, qualquer que seja o seu campo.

Neste sentido, a formação agrônômica tem sim uma tendência para a formação dos seus profissionais e, diga-se de passagem, raramente inclui na estrutura curricular dos cursos de Agronomia, disciplinas que contemplem o campo da Agroecologia e da formação do/a agrônomo/a educador/a, pois esta, busca essencialmente reconhecer os saberes camponeses, afim de construir saberes onde técnicos e agricultores possam ser atores desta construção e a excentricidade do/a técnico/a deixa de existir. Como afirma Freire, a dialogicidade é um princípio fundamental deste novo paradigma do/a extensionista rural.

Para Caporal e Costabeber (2004), a Agroecologia expõe a necessidade de mudar a ênfase convencional das ciências agrárias, levando em consideração as interações complexas entre pessoas, cultivos, solos, animais, etc., sendo que cada um destes, têm lugar dentro de cada agroecossistemas e de forma diferenciada entre eles.

Para a construção de novos paradigmas de assistência técnica e extensão rural é necessária uma mudança na matriz curricular da formação técnica, em que a dialogicidade entre os/as técnicos/as e camponesas/es estejam na centralidade desta relação. Para Freire os/as técnicos/as com perfil educador/a:

[...]desde o momento em que passa a participar do sistema de relações homem-natureza, seu trabalho assume este aspecto amplo em que a capacitação técnica dos camponeses se encontra solidária com outras dimensões que vão mais além da técnica mesma. Esta indeclinável responsabilidade do agrônomo, que o situa como um verdadeiro educador, faz com que ele seja um (entre outros) dos agentes da mudança. Daí que sua participação no sistema de relações camponeses-natureza-cultura não possa ser reduzida a um estar diante, ou a um estar sobre, ou a um estar para os camponeses, pois que deve ser um estar com eles, como sujeitos da mudança também. Esta responsabilidade não é exclusiva do agrônomo-educador nem dos educadores em geral, mas sim de todos quantos, de uma ou de outra maneira, estão dando sua contribuição ao esforço de reforma agrária (FREIRE, 1983, p. 37).

Deste modo, a extensão rural em sua dialogicidade como sugere Paulo Freire, exerce um papel fundamental como agente de mudança e transformações dentro dos assentamentos de reforma agrária. A pesquisa em questão faz uma abordagem sobre a participação no período de acampamento, bem como a participação dos sujeitos envolvidos nos processos de formação de base, nos cursos voltados para o aprendizado das técnicas de produção e agroecologia. De acordo com a pesquisa foi possível observar que a possibilidade de participar e (re)aprender as técnicas produtivas, tendo em vista que o público pesquisado haviam perdido o vínculo com o campo há muitos anos, tornou-se possível devido à participação efetiva no acampamento e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST que, conforme Roos e Fabrini (2012), esta expulsão e expropriação camponesa se deu pela modernização da agricultura e ocupação concentrada de novas terras, dentre outros fatores, que fizeram e vêm fazendo do campesinato brasileiro, um sujeito despossuído da terra. Os autores afirmam ainda que apesar disso, a organização e a luta camponesa para retornar a terra se constituem como uma das principais características do campo brasileiro.

Sendo assim, os espaços do acampamento e uma extensão rural dialógica e emancipadora podem contribuir significativamente para a construção do saber e sendo assim, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas através da agroecologia, na produção agropecuária e, conseqüentemente, na permanência destas famílias na terra.

Caporal (2007) em seu estudo sobre “Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível” debate os desafios de desenvolver um novo profissionalismo. Ao enumerá-lo, afirma que a segunda grande deformação na formação dos profissionais das ciências rurais e agrárias está relacionada com a distância abstrata com que se trata o homem-agricultor. Em geral, se estuda muito sobre as máquinas e os insumos, mas muito pouco sobre os atores sociais e o papel decisivo que eles têm na agricultura e no manejo dos recursos naturais. O ensino costuma basear-se numa visão da agricultura como técnicas agrícolas aplicadas.

3.2 Caminhos e Descaminhos da Extensão Rural no Assentamento Santa Mônica

Na presente pesquisa, constatamos que todas/os as/os interlocutoras/es vivem no assentamento Santa Mônica, desde o ano da entrega dos lotes. Este dado é importante para validar a metodologia, onde a característica principal é a vivência entre os envolvidos, para assim, ter conhecimento de suas trajetórias de vida.

Nesta trajetória, ao serem perguntadas/os se houve dificuldades ao se chegar na terra, recebi a afirmativa de cinco, entre os seis interlocutoras/es pesquisadas/os. Apesar da ATER pública, de qualidade, com acompanhamento contínuo aos agricultores/as, possibilitando que consigam desenvolver suas experiências produtivas, passou a ser um direito adquirido na Constituição Federal, infelizmente a maioria das famílias assentadas pela reforma agrária não possuem acesso a esta política pública. Na entrevista narrada pelo interlocutor M.L.M, o mesmo afirma que as dificuldades foram de diversas ordens, embora todas elas acabavam culminando na falta de uma política pública eficiente de ATER:

Ah, sim! A dificuldade de produzir e também por falta de recurso, de dinheiro, de crédito praticamente, e depois também na hora de comercializar, a dificuldade de comercializar, porque praticamente a gente volta lá na época que meu pai tinha terra, que tinha que produzir e dar a metade pro dono da fazenda. Hoje em dia a gente produz, tem que dar a metade pro atravessador vender pra gente. Então você tem a terra, você produz, e o cara que leva pra vender fica com a metade, né. Então se você fizer uma analogia, é praticamente a mesma coisa. (M.L.M, homem, 57 anos, fevereiro de 2022).

Nas experiências vivenciadas no assentamento Santa Mônica, além de toda necessidade que estas famílias encontraram em ir superando os desafios e resistindo a permanência no lote, desenvolver as habilidades técnicas e encontrar uma alternativa de produção que gere renda para a manutenção das despesas da família, ainda há um grande

desafio que diz respeito à comercialização da produção. Os preços são ditados pelos atravessadores, que pegam o produto e vende na Ceasa ou em mercados de Campo Grande, ditando o preço praticado e tirando toda autonomia das/os agricultoras/es assentadas/os. Novamente, a ausência de políticas públicas de comercialização e o acompanhamento eficaz da ATER impossibilita o acesso a mercados e vendas diretas, com preços justos e que valorizem a produção. Os imensos desafios que são vivenciados pelas famílias assentadas causam desânimo e até mesmo a busca por outras alternativas de subsistência financeira fora do assentamento. No entanto, observa-se uma resistência na terra, mesmo que seja para a produção de alimentos, com venda apenas do excedente para custear algumas despesas, já que não há um mercado que garanta toda a renda necessária à manutenção das despesas familiares.

O assentamento é um território onde os atores sociais vão se transformando não apenas nos aprendizados em relação à produção agropecuária, mas também nas relações sociais, na solidariedade entre as famílias. Para cinco, dos seis interlocutores/as entrevistados/as na pesquisa, a troca de saberes com os vizinhos foi a alternativa para superar as dificuldades para produzir logo nos primeiros anos de chegada ao assentamento Santa Mônica, como afirma a agricultora C.V.B em sua entrevista:

Nos dois primeiros anos, foi a troca de informação com os vizinhos, é um vizinho ajudando o outro, em questão de semente, inclusive a primeira semente que eu plantei aqui na minha terra, quando eu consegui gradear, quem me deu a semente foi seu pai [Sr. Antonio], que é meu vizinho aqui de frente, né. Ele me deu uma garrafa de feijão, que eu acho que ele já trouxe né, de um assentamento de onde ele veio, pra te ajudar, né, e acabou me dando uma garrafa de feijão, e desse feijão eu tive vários sacos de feijão, desses 2 litros eu tirei vários sacos de feijão. Foi aí começando já a produção. Foi a experiência com os vizinhos e a ajuda dos vizinhos, porque que nem eu falei, no começo a gente não tinha nada, nem dinheiro, nada, nada, nada, ajuda de ninguém nem de nada. Foi brutão mesmo, (C.V.B, 42 anos, mulher, fevereiro de 2022).

A solidariedade entre as pessoas é uma característica camponesa e, sendo assim, os agricultores e agricultoras mais experientes contribuíram não apenas com a troca de conhecimento, mas também com a troca de sementes, alimentos etc. Estes valores, que também dão identidade ao povo camponês, que ao serem semeados, aos poucos, passa a se tornar referência para os recém-chegados aos assentamentos de reforma agrária, que também irão reproduzi-los, dando continuidade à cultura solidária camponesa. A troca de produtos, incluindo frutas e hortaliças também é um hábito que cultivamos entre nossas

vizinhanças, onde buscamos as coisas que não estamos produzindo naquele determinado momento e doamos parte do que temos a oferecer, valores estes que vão além do dinheiro. Embora esta prática camponesa seja importantíssima para a superação das dificuldades, isto não exige a responsabilidade de políticas públicas efetivas que possam auxiliar na ampliação dos conhecimentos técnicos, bem como no acesso ao crédito e em mercados, sendo as/os extensionistas uma referência para as agricultoras e agricultores, como afirma o interlocutor M. L. M:

Eu acho fundamental, né, porque a técnica ajuda você a melhorar a produção com menos esforço, né. É a técnica. E quem orienta é o técnico ou a técnica. Então é de suma importância uma equipe técnica, tanto pra auxiliar a gente, porque às vezes a gente fica... por mais que hoje tenha a internet, mas nem tudo é igual, então eu acho assim, quem tá na assistência técnica tá um passo à frente do agricultor pra orientar. Sempre é importante, é muito importante esse serviço (M.L.M, 57 anos, homem, fevereiro de 2022).

No entanto, apenas uma família, das seis entrevistadas acham que o recebimento a assistência técnica é suficiente. Embora o assentamento seja assistido pela assistência técnica da Agraer, todos afirmaram que não receberam visita técnica nos últimos seis meses que antecederam a pesquisa. Há relato em que um interlocutor acrescenta ainda, onde já faz três anos que não recebem visita técnica, descumprindo um dos princípios da extensão rural.

Todo este conjunto de deficiência na execução das políticas públicas causa muitas sequelas, principalmente no que tange à geração de renda familiar proveniente da terra e que seja suficiente para custear todas as despesas. Das famílias entrevistadas, apenas uma afirmou que a renda agrícola é suficiente, acrescentando ser sozinho e por este fato, ainda consegue se manter sem um trabalho externo. Das demais famílias, todas afirmaram realizar algum trabalho complementar, seja através da realização de diárias, emprego externo de um dos membros da família ou tocando comércio para contribuir na geração da renda.

É possível observar que embora as famílias assentadas muitas vezes precisem adotar alguma estratégia de geração de renda, estas/es camponesas e camponeses continuam produzindo alimentos para contribuir na geração de renda e na alimentação da família. As terras do assentamento Santa Mônica são generosas no que diz respeito à fertilidade, e estar no assentamento propicia produzirmos nosso próprio alimento,

podendo optar sobre o modo de produzir e conseqüentemente, a qualidade que nós queremos preservar em nossa alimentação.

Ao perguntar aos colaboradores/as da pesquisa sobre quais os produtos são produzidos para o consumo familiar, a diversidade de produtos citados diz muito sobre o que é viver no assentamento e poder produzir uma diversidade de alimentos, rico em nutrientes e essenciais para a manutenção da saúde. Foram citados o leite, queijo, ovos, carne bovina, peixe, carne suína, frango caipira, limão, laranja, pocã, feijão de corda, feijão guandu, hortaliças, acerola, caju, seriguela, mel de jatei, abóbora, mandioca, quiabo, manga e abacate. Toda esta gama de produtos destinados à alimentação demonstra a importância de estar na terra, mesmo que ainda haja necessidade de buscar uma renda externa, pois os alimentos produzidos deixam de serem comprados nos supermercados, gerando economia além de ter mais qualidade e muitas vezes, serem livres do uso de agrotóxicos.

Dos alimentos destinados à comercialização estão; mandioca, abóbora, pocã, milho, manga, abacate, carnes de porco, peixe, frango caipira e bovina, ovos, leite e bezerros. Os relatos demonstram que a alimentação destinada à alimentação é muito maior, em relação aos produtos destinados à comercialização. Esta lógica de sobrevivência camponesa contribui para o cultivo de uma diversidade, que transforma um latifúndio onde havia um monocultivo, transformando a paisagem, reflorestando e produzindo alimentos diversos para milhares de pessoas, como é um caso do assentamento Santa Mônica.

Embora a pesquisa aponte para um abandono em relação as políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do assentamento, como a extensão rural, créditos, mercados institucionais e outros, a resistência das famílias ainda é imensa e importantíssima para persistir na luta por melhorias. A vivência no período de acampamento, os cursos de formação de consciência de classe e o processo de luta imprimem esta característica de resistência que nos faz permanecer na luta desde o acampamento, continuando esta luta para permanecer e resistir no assentamento. É o que chamamos de pertença ao Movimento e esta mística nos faz resistir e ter apego à terra, além de saber da importância de continuarmos lutando constantemente por melhorias.

No que diz respeito ao modo de produzir, embora a assistência técnica não chegue ao público em que deveria, como é o caso das famílias assentadas no Santa Mônica, o período de acampamento e o MST também contribuiu para sanar algumas das

dificuldades identificadas dentre as famílias que viviam no acampamento e que mais tarde, iriam compor o nosso assentamento.

O entrevistado M.L.M, de 51 anos, ao ser perguntado sobre ter recebido algum curso no período de acampamento, diz não ter permanecido como “acampado interno”, uma vez que desenvolvia atividades na militância do MST, mas cita a participação em diversos cursos realizados pelo Movimento, sendo alguns deles inclusive ministrados pela pesquisadora e dois de seus irmãos, que na época, desempenhavam atividades técnicas no Setor de Produção do MST/MS, validando a importância de pesquisas onde pesquisadores e pesquisados sejam sujeitos da história.

Era organizado pelo setor de produção do MST, né, as cooperativas, associação, aí tinha os técnicos né, porque tinha as equipes técnicas que acompanhava os assentamentos, várias pessoas, desde o Edilson Palavrinha, o Clodoaldo, Chiquinho, Zezinho, e uma infinidade de pessoas, né, que eram, que participava na época do setor de produção, que ajudavam. Eu tive a oportunidade de participar de curso técnico, pela Valdirene, irmã da Néia, curso que na época que ela se formou do TAC, deu curso uma vez em Rio Brillante, foi ela que deu curso pra gente, eu tive a oportunidade de participar, então era um privilégio que a gente tinha, então às vezes achava interessante o tema, o assunto... eu né, não tinha uma perspectiva de ser assentado, mas aí depois a gente teve uma oportunidade, então assim... a gente tinha a oportunidade de estar participando (M.L.M, de 51 anos, homem, fevereiro de 2022).

As referências feitas por parte dos entrevistados ao processo formativo que o MST desempenha, por meio do Setor de Produção ainda na fase de acampamento, deixa claro a necessidade e a importância do acampamento ou da militância para construir o saber, seja sobre a agroecologia e seus ensinamentos acerca dos cultivos e criações ou outros assuntos que serão importantes (no futuro), quando chegar na terra, principalmente às famílias que haviam sofrido as consequências do êxodo rural, como é o caso dos integrantes desta pesquisa. Do público envolvido na pesquisa, 83% deles afirmam ter vindo da capital (Campo Grande), antes de chegarem no acampamento/assentamento.

Além da trajetória em que aponta a grande maioria dos participantes da pesquisa advindos da capital anteriormente à chegada ao assentamento, indica também a necessidade de priorizar os cursos de formação técnica nos assentamentos de reforma agrária, uma vez que parte do público assentado não são apenas aqueles que advinham da área rural, como os filhos de assentados, meeiros, pequenos arrendatários, dentre outros.

A falta de prática em que este novo público da reforma agrária traz, requer uma política pública de ATER muito mais dialógica e eficiente, onde as lacunas trazidas por

esta característica possam ser preenchidas, diminuindo a evasão provocada pelo desamino e desistência destes sujeitos, onde muitos conseqüentemente retornam para a cidade, uma vez que não conseguem superar suas dificuldades.

Aos que resistiram, quando perguntados sobre ter encontrado dificuldades em produzir nos primeiros anos de assentamento, a maior parte das/os entrevistadas/os disseram que sim, e em caso positivo, e as dificuldades encontradas são evidenciadas na narrativa de L.M de S:

O modo de produzir e mais outras dificuldades. Financeiras, é... eu acho que... porque inicialmente nós recebemos orientação, orientações de forma coletiva, recebi uma visita, não sei se duas talvez, aqui no sítio, mas nada muito grandioso, e aí é na hora da prática que as dúvidas surgem. Porque às vezes na hora que a pessoa vem, você não sabe que tem aquela dúvida, porque você ainda não passou pelo processo. E aí dúvidas, e a questão financeira, porque quando eu produzia, eu produzia, e aí levava um tempo, vendia pro atravessador, e depois comia aquilo que recebia, porque não tinha capital de giro, comia aquilo que recebia e depois não tinha como fazer de novo. A outra coisa, não sei se entra nisso também, a demora pra vir, porque aí tinha, por exemplo, trator da prefeitura que fazia o serviço aqui dentro do assentamento. É só uma das situações, né. Fazia serviço aqui dentro do assentamento. Só que aí você entrava numa lista de espera, e aí eu tenho receio de cair no achismo, de falar alguma coisa incoerente, mas vou falar, se for incoerente depois você corta, deleta isso aí da entrevista. No meu pensamento, acredito que tinha evidência suficiente, mas enfim... eu ia atrás, colocava o nome pra vir gradear, só que eles tinham os grupos parece-me que formados. Porque o trator só ficava naqueles trechos, né, naquelas panelinhas, não sei se eu posso dizer assim. E aí muitas vezes quando vinha, já tinha passado o tempo de plantar, ou tava muita chuva e não podia fazer o serviço, não tinha como fazer, aí depois quando estiava, já não tava aqui, tava em outro lugar. Sempre que vinha pro lado de cá tinha uma situação que acabava não podendo atender. Isso deixa a gente bem desmotivado, na verdade, né. Mas outras vezes eu consegui, mas são muitos anos, né? Pra conseguir uma ou duas vezes (L.M de S, 46 anos, mulher, fevereiro de 2022).

As afirmações acima demonstram a necessidade de uma extensão rural que desempenhe um papel educativo e que tenha continuidade, como a Lei 12.188/2010 em seu Artigo. 2º em que diz:

Para os fins desta Lei, entende-se por: I - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

A partir das informações oferecidas pela pesquisa e pelo que determina a Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, é possível observar que existe uma lacuna na execução do que a Lei prevê, e que esta deficiência no acesso ao serviço de extensão rural e assistência técnica pública e de qualidade, têm trazido prejuízos de variadas ordens aos assentados e assentadas da Reforma Agrária.

É preciso que haja uma restituição dos órgãos de extensão rural, principalmente as instituições públicas, bem como a formação técnica embasada na quebra de paradigmas que vêm sendo difundido na formação das escolas técnicas, que perpetuam padrões tecnicistas e antidialógico, instituído na difusão de tecnologias convencionais e que não priorizam a agroecologia.

As famílias assentadas possuem trajetórias diferentes, sendo este um fator determinante de permanência na terra. Observa-se que nos primeiros anos de assentamento, existe uma probabilidade maior de encontrar famílias com pouca experiência na atividade agropecuária, perdas e equívocos de investimento, dentre outras dificuldades enfrentadas. Nota-se que existem diversas famílias que vieram dos centros urbanos, onde exerciam atividades não agrícolas ou deixaram o campo há muito tempo. Ao retornarem ao campo por meio do processo de reforma agrária, enfrentam as barreiras da falta de capacitação técnica e treinamentos. A ausência de políticas públicas para a capacitação, acompanhamento e desenvolvimento de unidades experimentais desde os acampamentos têm sido uma barreira encontrada face do público-alvo da reforma agrária, em que grande parte destes, exercia outras profissões anteriores ao assentamento. Vale ressaltar que a inexperiência na atividade agropecuária não deve ser um fator limitante para aqueles/aquelas que decidiram voltar as suas origens camponesas.

Neste contexto, vale destacar que a agricultura camponesa possui grande relevância para produção de alimentos e, portanto, devem-se haver políticas de massificação do campo, a fim de suprir a demanda por alimentos diversificados e de qualidade para a população urbana, e não ao contrário, como vem acontecendo nos territórios da reforma agrária.

Levando em consideração a importância da agricultura camponesa no Brasil, a categoria de agricultores familiares emprega uma parcela expressiva de pessoas no país,

além de ser responsável pela maior parte da produção de alimentos. Estudos dos professores Sergio Schneider, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFGRS e Joacir Rufino de Aquino, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, ambos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento, publicado no site Agribrazilis (2023) afirmam que:

Segundo o último Censo Agropecuário do IBGE, a agricultura familiar do Brasil abrange 3.897.408 estabelecimentos rurais, correspondendo à 77% dos estabelecimentos agrícolas do país, ocupando mais de 10 milhões de pessoas (67% do total recenseado), responsáveis por parcela expressiva da oferta dos alimentos básicos da mesa dos brasileiros (AGRIBRASILIS, 2023).

Ainda de acordo com a FAO, “a agricultura familiar mundial produz mais de 80% de toda a comida do mundo”. Este levantamento da FAO reforça a necessidade de potencializar as políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, pois apesar da participação que temos neste papel da produção de alimentos, ainda existe discrepância em relação aos investimentos na produção de base familiar, embora seja importantíssima para assegurar a oferta de alimentos e na garantia da segurança alimentar e nutricional tanto de suas famílias, quanto do país.

Vale ressaltar que a agricultura familiar possui características socioeconômicas distintas entre o público que compõe o grupo, havendo uma parcela mais tecnificada e produtora de *commodities*, como milho e soja, além da integração com empresas do ramo da produção de proteína animal, que exportam carnes de frango e suínos, sendo esta uma realidade muito comum na região Sul do país, como também há uma parcela descapitalizada, com renda insuficiente, enfrentando múltiplas carências de ativos produtivos.

Historicamente, agricultores familiares foram desprezados no Brasil, embora responsáveis pela produção e abastecimento dos mercados locais e regionais com a oferta de leite, feijão, arroz, mandioca, frutas, olerícolas e outros alimentos. O assentamento Santa Mônica ocupou posição de destaque entre os maiores produtores de hortaliças no Estado de MS, em especial o quiabo, além de outros produtos cultivados para fins comerciais e principalmente, para a alimentação das famílias. Em pesquisa realizada durante a graduação em Agronomia no assentamento Santa Mônica, na comunidade Jacob Fransiosi, parte do MST logo após a implantação, fiz o levantamento da diversidade de

plantas hortícolas nos quintais, em que foi possível confirmar a importância da agricultura camponesa na produção de alimentos para o autoconsumo, em que:

Verificou-se 32 espécies de fruteiras presentes nos quintais das 14 famílias da comunidade Jacob Fransiosi. A manga foi citada por 78,57% famílias na preferência de cultivo, porém é consumida por 21,42% delas. Pode-se inferir que o baixo consumo pode estar relacionado com o longo período de frutificação desta espécie. Há o caso de algumas espécies de fruteira que são cultivadas pelas famílias, porém não foram citadas como consumidas por não terem atingido o estágio de produção. Com relação às hortaliças, 23 espécies estão presentes nos quintais, sendo que as mais cultivadas foram: cebolinha, abóbora, salsa, quiabo e a alface. A forma de consumo depende do tipo de hortaliça podendo ser através de saladas, cozida e frita. Destas espécies, apenas as abóboras não estão entre as mais consumidas, porém é uma das mais cultivadas, merecendo assim um aprofundamento na pesquisa (OLIVEIRA et al., 2017).

A agricultura camponesa possui esta característica peculiar no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional e na produção de alimentos destinada a atender a demanda do consumo de alimentos, nos distinguindo dos modelos de agricultura capitalista, conforme descreve o site Agribrasilis:

O reconhecimento de seu papel para segurança alimentar e a geração de divisas econômicas é recente, a partir de meados dos anos 1990, quando o Estado passou a ter políticas de apoio e fortalecimento do setor. Ações empreendidas até 2015 fortaleceram os agricultores e estes contribuíram para o Brasil sair do Mapa da Fome (2013/2014) e atingir as Metas do Milênio da ONU (AGRIBRASILIS, 2023).

Durante a pesquisa, a fala do colaborador M.L.M, de 57 anos que vivenciou todas as dificuldades enfrentadas no início do assentamento, devido as falhas de acesso às políticas públicas, a inexperiência com as atividades agropecuárias, além da dificuldade de comercialização e da exploração feita pelos atravessadores na hora da compra da produção, seu relato demonstra o quão importante é a produção de alimentos camponesa e suas estratégias de sobrevivência, seja na produção do autoconsumo familiar ou na relação de troca estabelecida entre a vizinhança. Há outro fator muito relevante quando produzimos nosso próprio alimento no assentamento, que é o controle produtivo e da

qualidade do alimento que estamos produzindo, possibilitando a produção orgânica de tudo o que consumiremos e vender.

Ter acesso aos meios de produção e ao conhecimento das técnicas mais sustentáveis nos permite produzir agroecologicamente, buscando a proteção e manutenção da saúde. Quem está na lida diariamente são os mais afetados pela contaminação imediata e pelas consequências prolongadas dos efeitos nocivos dos agrotóxicos. Preocupar-se com a qualidade dos alimentos é uma abordagem importante feita no relato a seguir. Ao ser perguntado sobre quais os cultivos e criações são realizados para fins de consumo, o interlocutor M.L.M, de 57 anos relata para além dos alimentos produzidos, dialogando com fatores importantes que vão além da produção para o autoconsumo, mas na qualidade, nas estratégias de trocas entre os camponeses e camponesas assentados/as, no processamento e armazenamento de produtos sazonais, além da diminuição da dependência de produtos industrializados e adquiridos no mercado, dizendo:

Ah, tem algumas coisas que é muito atípica, né. Por exemplo, limão eu vendo e também consumo. Leite eu também vendo e também consumo, mas ovo, principalmente os ovos, a gente mais consome do que vende. Porque é mais saudável, ovo caipira, então a gente mais consome do que vende. Não faço questão de vender. A gente faz um queijo mais pra consumir do que pra vender, porque só quem faz queijo que sabe como que se faz queijo e a higiene de fazer. Então você tem que tomar muito cuidado de comprar queijo, então a gente mesmo faz pra gente consumir. Outras coisas que a gente planta, feijão de corda tem bastante, esses dias eu plantei, colhi, feijão de corda, feijão andu, eu colho, debulho e armazeno no freezer. Então eu como feijão o ano inteiro da minha produção. Então a gente não compra, mas são coisas que eu faço questão de plantar, não é nem pra vender, é pra consumir. Tanto que as pessoas querem comprar e a gente não vende. Ovo, só se sobrar, senão não vendo. Galinha, frango caipira, só se sobrar [...] tem muita coisa, as frutas, laranja, os pés de laranja que eu tenho aqui é só pra consumo, nunca foi pra vender, tem acerola, caju. Por exemplo, o caju já parou de produzir tem mais de 3 meses, mas eu tenho caju no freezer, congelado, quando a gente quer usar, a gente usa. A gente tenta fazer o possível de produzir coisas pra gente, né. Tem coisas que não dá, que infelizmente não tem jeito, um sonho um dia é eu produzir café pra produzir café pra minha mulher tomar, né, mas é complicado o tal do café, mas um dia a gente vai, pelo jeito vai chegar nisso, porque... 40 real o quilo de café, nós vamos ter que plantar café pra poder ter café em casa. Ou deixa de tomar café, ou produz o café. Vai ter coisa que não vai ter pra onde correr não, porque o preço tá subindo, e não tem pra onde ir. Não tem, porque a renda tua não dá pra comprar. Igual o feijão. Eu não compro feijão, o feijão a gente produz. Então assim... aí vamos ter que produzir outras coisas também! A subsistência vai chegar um momento, tá chegando, que a gente vai ser obrigado a produzir. Ou trocar, às vezes eu produzo leite, a minha vizinha aqui tem outra coisa, eu troco uma garrafa de leite em outra coisa. Vou fazer um queijo, troco um queijo em um quilo de carne, o vizinho matou uma vaca, me dá um quilo de carne e eu dou um queijo. Você acaba saindo de comprar no mercado. Porque nós vamos chegar num momento que... vamos ter que achar alternativas, porque o preço das coisas tá ficando muito difícil, né. A dificuldade de alguns produtos alimentícios, embora a gente tem que reeducar a alimentação da

gente, porque... e sair do ciclo, do vício do supermercado, porque muitas vezes a gente compra coisas do supermercado pelo olho, e não pelo paladar, compra porque vê e acha que tem que comprar, que você descobre depois que nem precisava. Então tem coisa que existe no assentamento, coisa que substitui certas coisas do mercado, né. Então hoje você vai comprar um... ah, a gente não consegue produzir tomate aqui, né? Muita gente não consegue. Mas você vai comprar no mercado? Não né, mas existe outro produto que você pode substituir se você não consegue produzir, ou achar alguém que produz. Eu acho que nós vamos ter que substituir alguns produtos alimentícios por outros que existem na produção do assentamento. Primeiro pela questão do veneno, do agrotóxico, e a outra é o preço que vai ficando caro, né. Tem coisa que tá se tornando... né? Agora mesmo, tomate se eu não me engano, 1 quilo de tomate tá quase o preço que meio quilo de carne, pelo que eu fiquei sabendo, tava mais de 10 reais o quilo de tomate. Quer dizer, quase meio quilo de carne. Então, é melhor comer a carne ou o tomate? E ainda o tomate com agrotóxico, né? Um quilo de tomate você vai pagar meio quilo de carne, e ainda com veneno, então tem hora que tem que fazer uma avaliação disso, né. Óleo de comida, por exemplo. Quem compra óleo de comida no mercado, infelizmente é um problema. Nós não consegue produzir óleo sem ser transgênico, sem ser com agrotóxico, é uma coisa muito macro, né. Existe indústria, teria que ter a produção de um óleo de soja orgânico, sem agrotóxico, sem ser transgênico? Milho, sem ser transgênico? Como a gente vai fazer isso? Então chega um ponto que tem que começar a trocar os alimentos, né. E aí você vai passando dos 50 anos, e certas coisas começam a fazer mal, né. Não é assim quando a gente é novo, que você come o que aparece na frente. Agora não dá, eu com 57 anos tem coisa que eu não posso comer, que eu já sei que vai fazer mal pra mim (M.L.M, 57 anos, homem, fevereiro de 2022).”

Apesar de sua importância já mencionada acima, a agricultura camponesa vem sofrendo um processo excludente no que diz respeito às políticas públicas para o setor. Face ao exposto, o artigo dos professores Sérgio Schneider e Joacir Rufino de Aquino (AGRIBRASILIS, 2023), desde 2016, nota-se um “desmantelamento” das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e de desenvolvimento rural, como a extinção de órgãos administrativos, tendo como exemplo o Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, extinto durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), cortes orçamentários, descontinuidade das ações, e outros retrocessos. Ainda segundo o Site, a situação se agravou em 2020 com a crise da COVID-19.

Segundo o professor Mauro DelGrossi, da UNB, 51% dos agricultores familiares tiveram quedas nas suas rendas, afetando indicadores de segurança alimentar e reduzindo seu papel na oferta interna de produtos, como por exemplo, o aniquilamento de mercados institucionais importantes como o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Vale ressaltar que estes dois programas, principalmente o PAA foi responsável pela melhoria na qualidade de vida da maioria das famílias assentadas no Santa Mônica, entre o período de 2010 à 2015.

Neste contexto, o artigo afirma ainda que caso a agricultura familiar tivesse apoio, a carestia dos alimentos seria atenuada. Junto com as políticas de sustentação da renda, as compras públicas de alimentos da agricultura familiar para cestas básicas e restaurantes populares poderiam atenuar a fome dos brasileiros, sendo as cadeias curtas de comercialização uma estratégia muito relevante para a geração de renda, diminuindo inclusive, os efeitos nocivos da ação dos atravessadores nos assentamentos, onde a maior parte da renda dos camponeses e camponesas são entregues a estes indivíduos. Ainda afirma que medidas emergenciais propostas para apoiar a agricultura familiar durante a pandemia foram desprezadas. Os Projetos de Lei 735/2020 e 823/2021, que previam ações emergenciais e de médio prazo para proteger o segmento sofreram sucessivos vetos presidenciais, sem reação contundente do Congresso Nacional.

Observa-se que se faz necessário aos governantes fomentarem a produção de alimentos, dando condições para as famílias produzirem continuamente nos assentamentos. As ausências de políticas públicas voltadas à extensão rural, ainda no período de acampamento, têm trazido diversos problemas relacionados às dificuldades enfrentadas para produzir, principalmente nos assentamentos mais recentes, mas esta ausência continua com o passar dos anos e o agravamento dos problemas para gerar renda são constantes, inclusive implicando o êxodo rural dos territórios da reforma agrária, além de problemas com a sucessão e permanência dos jovens dentro dos assentamentos.

A extensão rural pode ser considerada uma das políticas públicas mais importantes para os assentados da Reforma Agrária, pois é por meio dela que também se efetiva a Educação do Campo, a agroecologia, o acesso aos créditos, acesso ao PNAE e PAA e tantas outras ações indispensáveis para o desenvolvimento dos assentamentos. A obra de Paulo Freire denominada “Extensão ou Comunicação?” ressalta a necessidade de discutir a amplitude do papel da/o extensionista, além de frisar a importância de construir novos paradigmas de assistência técnica e extensão rural – ATER, pautados na dialogicidade entre o extensionista e o assentado/camponês, valorizando os saberes entre ambos.

Vale lembrar que um novo paradigma de extensão rural tem uma relação intrínseca com a agroecologia, pois compreende um conjunto de ações que buscam estabelecer diálogos junto aos agricultores camponeses, valorizando os múltiplos conhecimentos, saberes e sonhos. Sousa (2021), em pesquisa realizada pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Recife-PE, nos assentamentos rurais da região da Zona da Mata de Pernambuco, buscou analisar a práxis da instituição com o intuito de

buscar elementos de reflexão sobre as potencialidades e desafios da ATER no Brasil no recente direcionamento para a agroecologia. Neste estudo realizado, a autora destaca que foi possível perceber a relação da agroecologia com um projeto político de sociedade, muito vinculado às pautas dos movimentos sociais, como o MST, por exemplo, e suas diversas experiências em agroecologia, incluindo a experiência do arroz ecológico no Sul do país; a associação entre identidade, cultura e território com a manutenção da agrobiodiversidade e sustentabilidade socioambiental; adoção de métodos participativos e dialógicos; potencialidades relacionadas com o alcance da soberania alimentar e desafios com a construção da autogestão das propriedades como forma de dissociação das famílias com o trabalho assalariado (SOUSA, 2021).

É importante evidenciar as diferenciações entre o modelo de extensão rural desenvolvimentista e convencional, para uma extensão rural dialógica, como nos ensina Paulo Freire (1983). O autor destaca que a coparticipação dos sujeitos é indispensável para construir o conhecimento, que neste caso, destaca-se a construção do conhecimento técnico. Esta coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação. Este exercício do extensionista em ser o mediatizador e não, o comunicador de conhecimentos, torna-se um dos principais objetos de estudo e análise desta obra, conforme destaca Freire:

Daí que, como conteúdo da comunicação, não possa ser *comunicado* de um sujeito a outro. Se o objeto do pensamento fosse um puro comunicado, não seria um significado significativo mediador dos sujeitos. Se o sujeito “A” não pode ter no objeto o termo de seu pensamento, uma vez que este é a mediação entre ele e o sujeito “B”, em comunicação, não pode igualmente transformar o sujeito “B” em incidência depositária do conteúdo do objeto sobre o qual pensa. Se assim fosse – e quando assim é –, não haveria e nem há comunicação. Simplesmente, um sujeito estaria (ou está) transformando o outro em *paciente* de seus comunicados. A comunicação, pelo contrário, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Por isto, não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: copioscitiva e comunicativa (FREIRE, 1983, p. 45)

Não é por acaso que o estudo realizado por Sousa (2021) sobre extensão agroecológica constatou que este novo paradigma de extensão rural busca a transformação do atual cenário socioambiental e político por meio de um método de trabalho orientado à participação democrática e contextualização histórico-cultural, com objetivo de desenvolver o empoderamento e autonomia das famílias do campo.

Neste estudo, a observação é importante para delinear o trabalho de ATER dentro desta perspectiva dialógica e permite aferir que as políticas públicas de ATER agroecológica devam se orientar mais a para a construção de processos horizontais de comunicação e construção de conhecimentos e práticas, do que pela promoção de oportunidades de inserção ao mercado e reprodução do modelo desenvolvimentista no campo. Vale ressaltar que a geração de renda e, portanto, a inserção a outras formas alternativas mercado é indispensável e pode acontecer, pautada por princípios humanos, solidários e que vise a sustentabilidade.

A extensão rural tecnicista, praticada pela maioria significativa das empresas estatais e privada se orienta por outros princípios e que faz parte da grade curricular das escolas técnicas convencionais desde o surgimento da Revolução Verde. Este modelo de extensão tem como base apenas o desenvolvimento econômico, não considerando a complexidade e multidisciplinaridade que a agroecologia contempla.

Silva (1992), citado por Caporal e Costabeber (2004), fazem uma análise sobre a formação tecnicista proporcionada pelas diversas escolas técnicas e sua difusão dos ideais da Revolução Verde, denominada como Pedagogia Liberal. No entanto, um novo paradigma também fazia um contraponto a esta formação Liberal, denominada como a Educação Libertadora.

Historicamente, a extensão rural lançou mão do elenco teórico da Pedagogia Liberal, basicamente das orientações das Escolas Tradicional e Tecnicista de educação. Em alguns momentos transitou por caminhos da Escola Nova e da Teoria do Capital Humano, tendo incorporado ao seu discurso dos anos 1980 as bases da Educação Libertadora. Entretanto, como mostrou Silva (1992), a teoria da escola de educação libertadora não se incorporou à prática dos extensionistas, os quais manifestam-se confusos quanto a linha pedagógica que seguem. A opção decisiva pela Educação Libertadora, subsidiada por aportes de outras escolas de Pedagogia Progressista, é a segunda exigência que se faz à nova extensão rural (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p.13).

De acordo com Caporal (2009), citado por Sousa (2021), a Agroecologia, como matriz disciplinar, se encontra no campo do pensamento complexo, em que é aquele que se esforça para unir, não na confusão das ideias, dos conhecimentos, mas operando diferenciações. Desta forma, a agroecologia não se enquadra no paradigma convencional,

cartesiano⁸ e reducionista, no paradigma da simplificação (disjunção ou redução), pois reconhece que nas relações entre as pessoas e estas com o meio ambiente, estamos tratando de algo que requer um novo enfoque paradigmático, capaz de unir os conhecimentos de diferentes disciplinas científicas, com os saberes tradicionais, para enfim, dar lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais. Sendo assim, uma extensão rural agroecológica precisa levar em consideração os saberes técnicos científicos, mas também a trajetória histórica e o sonho destas camponesas e camponeses que ali estão, os saberes locais, empíricos, lembrando que estes saberes locais variam, pois dentro da mesma comunidade podem existir agricultoras/es camponesas/es oriundos de regiões diversas, que imprimem características próprias em seu modo de lidar com a terra e com seus animais.

Freire (1983), ao se referir ao processo de capacitação técnica e o trabalho de campo dos extensionistas, faz uma análise sobre a linguagem utilizada e que esta precisa ser de fácil compreensão as agricultoras/es camponesas/es. Não é raro acontecer de grande parte dos sujeitos que compõe os assentamentos de reforma agrária, ter pouca escolaridade ou até mesmo, possuírem pouca experiência e conhecimento com as atividades agropecuárias. Sendo assim, a linguagem utilizada pelo técnico extensionista pode não ser compreendida, pois vem carregada de termos e outras características técnica academicista, causando certo constrangimento ao agricultor, rompendo assim, o elo da dialogicidade que o trabalho da extensão rural precisa ter. Neste sentido, Freire, discorre que:

Ainda quando, metodologicamente, prefira ficar em silêncio ao calotear o fato-problema, enquanto os educandos o captam, o analisam, o compreendem, ainda assim estará também problematizando. É que, na problematização, cada passo no sentido de aprofundar-se na situação problemática, dado por um dos sujeitos, vai abrindo novos caminhos de compreensão do objeto da análise aos demais sujeitos. O educador, problematizado só em problematizar, “re-admira” o objeto problemático através da “admiração” dos educandos. Esta é a razão pela qual o educador continua aprendendo, e, quanto mais humilde seja na “re-admiração” que faça através da “admiração” dos educandos, mais aprenderá. Esta problematização, que se dá no campo da comunicação em torno das situações reais, concretas, existenciais, ou em torno dos conteúdos intelectuais, referidos também ao concreto, demanda a compreensão dos signos significantes dos significados, por parte dos sujeitos interlocutores problematizados. Esta inteligência dos signos vai

8 Que apresenta os caracteres racionais rigorosos e metódicos do pensamento de Descartes.

se dando na dialogicidade que, desta forma, possibilita a compreensão exata dos termos, através dos quais os sujeitos vão expressando a análise crítica do problema em que se acham empenhados. A problematização não é (sublinhemo-lo uma vez mais) um entretenimento intelectualista, alienado e alienante; uma fuga da ação; um modo de disfarçar a negação do real. Inseparável do ato cognoscente, a problematização se acha, como este, inseparável das situações concretas (FREIRE, 1983, p. 98)

Sobre o papel da educação problematizadora em quem o autor se refere é importante perceber o papel fundamental da dialogicidade, relacionando com a educação do campo praticada nas atividades da extensão rural, Paulo Freire afirma que mesmo quando os agricultores e agricultoras estão ouvindo o extensionista em silêncio, eles estão problematizando. Se não há interação, é preciso que o educador/a tenha humildade em aprender, pois é necessário fazer uma autocrítica sobre a ausência de tal diálogo, pois pode estar havendo falta de compreensão e, conseqüentemente dificuldades na participação, caracterizado pela antialogicidade entre camponesas/es e técnicas/os.

Mas o silêncio das/os educandas/os pode não ser necessariamente por algum problema metodológico do educador ou da educadora em questão. O silêncio dos educandos/as também pode ser o símbolo de uma ótima compreensão e admiração pelo que está sendo exposto. Tal situação também pode acontecer quando se há bons educadores, que trazem uma linguagem compreensível, acessível que vem munido de temas e abordagens essencialmente relevante.

Diante do exposto, fica evidente que o papel do extensionista educador é essencialmente relevante, principalmente para os assentados da reforma agrária que possuem este perfil dos assentamentos mais recentes e que vieram para os assentamentos com pouca experiência em atividades agropecuárias, necessitando de vivenciar processos de aprendizagem para aprender e se adaptar à nova rotina. Sendo assim, o papel da/o extensionista requer um cuidadoso diálogo para que não sejam impostos os seus desejos e paixões profissionais, ao invés da realização dos sonhos desses novos camponeses e camponesas, bem como as motivações que os trouxeram de volta ao campo.

Observa-se que apesar de haver grandes contribuições conceituais e experiências acerca de um novo paradigma de extensão rural, ainda são experiências isoladas e que não correspondem a maioria dos projetos que executam esta política pública. Das experiências de extensão rural existentes, a agroecologia é a que mais contempla os aspectos metodológicos e dialógicos abordados por Paulo Freire, embora a ATER

agroecológica ainda esteja longe do ideal. Mesmo nas empresas públicas, a reprodução dos discursos e métodos convencionais aprendidos nas escolas tecnicistas, ainda faz parte da prática cotidiana da imensa maioria dos técnicos e técnicas que atendem as áreas de assentamentos.

Diante do exposto, observa-se que uma mudança paradigmática dependerá de mudanças na matriz tecnológica das escolas técnicas, que visem um conhecimento baseado no saber dialógico, valorizando os múltiplos saberes, ao invés do conhecimento tecnicista, que tem como base o pacote tecnológico implementado desde a Revolução Verde⁹ e que em sua metodologia, traz o discurso modernista e conservador. Este método que vigora em sua maioria na extensão rural no Brasil.

Possui também um viés que prioriza o consumo dos produtos produzidos pelas grandes multinacionais presentes no campo, que muitas vezes reproduz o discurso de atraso da agricultura camponesa. Fortalecer os princípios agroecológicos e solidários é fundamental para construir novas relações entre técnicos/as e camponeses/as, valorizando os conhecimentos de ambos e principalmente, buscando estratégias de resistência no campo, uma vez que a modernização agrícola já provou que é insustentável do ponto de vista de massificação do campo e já, provocou êxodo rural desde o seu surgimento na década de 1950 até os dias atuais.

⁹ Revolução Verde é o nome dado ao processo de transformação da agricultura ocorrido entre 1960 e 1970, com a incorporação de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, indústria e máquinas agrícolas. Este fenômeno ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial utilizando resíduos de produtos utilizados para a fabricação de bombas e o Agente Laranja (utilizando para o desfolhamento de árvores) e posteriormente utilizado para fins agrícolas.

4. Considerações Finais

Este trabalho trouxe reflexões sobre a extensão rural e seu papel para a agricultura camponesa, nos territórios de reforma agrária. Observa-se que apesar de haver contribuições conceituais e experiências acerca de um novo paradigma de extensão rural, ainda são experiências isoladas e que não correspondem à maioria dos projetos que executam esta política pública.

A Assistência técnica e a extensão rural têm grande relevância para o desenvolvimento socioeconômico da população rural, principalmente para o público que compõe a agricultura camponesa no Brasil. A ausência, a descontinuidade ou “deficiência” no acesso a uma extensão rural de qualidade, tem trazido muitos prejuízos ao desenvolvimento dos assentamentos e das comunidades tradicionais. Apesar de haver uma lei que institui pontos importantes acerca da extensão rural emancipadora, que visa fortalecer os processos de educação não formal acerca da Agroecologia, do associativismo e cooperativismo, processos de comercialização justa e diversos outros aspectos que envolvem o desenvolvimento dos assentamentos e demais comunidades rurais, a realidade vivenciada pelas famílias à serem atendidas nos assentamentos ainda está longe do ideal. É possível perceber por meio das entrevistas realizadas neste trabalho, que a implementação desta política pública é bastante falha e requer uma construção dos métodos de assistência técnica e extensão rural dialógica, que de acordo com Paulo Freire, possa estabelecer um diálogo respeitoso entre os técnicos e técnicas e os camponeses e camponesas, em que nenhum saber se sobrepõe ao outro, construindo a extensão rural que a Lei 12.188/2010 institui em seu conteúdo.

A pesquisa apontou que há uma lacuna no compartilhamento dos saberes técnicos, uma vez que o acesso à política pública de ATER foi muito ausente durante o período de assentamento, sendo que os primeiros anos, os entrevistados tiveram muitas dificuldades de produzir, devido à falta de experiência e conhecimentos em relação aos cultivos e criações. Dos sujeitos envolvidos na pesquisa, 83% viviam na Capital e, 17% trabalhava

em usina de açúcar e álcool antes de irem para o acampamento e haviam perdido a experiência do cultivo da terra e da lida com os animais, uma vez que foram para a cidade ainda criança ou adolescente. Sendo assim, é possível observar que a falta de experiência com as atividades agropecuárias e a dificuldade de acesso ao serviço de assistência técnica e extensão rural gratuitos e de qualidade, está intrinsecamente relacionada com a dificuldades que estes sujeitos enfrentaram nos primeiros períodos.

É importante apontar a necessidade de uma extensão rural dialógica, que valorize os saberes já existentes e que esteja aberta à construção do saber participativo e coletivo. O trabalho também ressalta a importância de uma extensão rural baseada nos conhecimentos agroecológicos e que não se resume apenas à difusão do pacote tecnológico, sendo este, inadequado à realidade da agricultura familiar camponesa.

Diante do exposto, observa-se que uma mudança paradigmática dependerá de mudanças na matriz tecnológica das escolas técnicas, que visem um conhecimento baseado no saber dialógico, valorizando os múltiplos saberes, ao invés do conhecimento tecnicista, que tem como base o pacote tecnológico implementado desde a Revolução Verde e que em sua metodologia traz o discurso modernista e conservador. Este método que vigora em sua maioria na extensão rural no Brasil possui também um viés que prioriza o consumo dos produtos produzidos pelas grandes multinacionais presentes no campo, que muitas vezes reproduz o discurso de atraso da agricultura camponesa.

Fortalecer os princípios agroecológicos e solidários é fundamental para construir novas relações entre técnicas/os e camponesas/es, valorizando os conhecimentos de ambos e principalmente, buscando estratégias de resistência no campo, se opondo ao modelo de produção capitalista e desenvolvimentista implantado durante a década de 1950 e que persiste até os dias atuais.

Esta pesquisa evidenciou a importância dos processos organizativos, da vivência coletiva e dos movimentos sociais não apenas no acesso à terra, mas também no que se refere ao acesso e fomento da Educação do Campo, discutindo ainda na fase de acampamento sobre a Agroecologia, sustentabilidade ambiental e cooperativismo.

É fato que os movimentos sociais desempenham um papel fundamental no processo luta e organização e símbolos da redemocratização do território brasileiro por meio da organização, luta e resistência. Não é impossível pensar em reforma agrária sem a participação dos movimentos sociais do campo em um contexto em que a disputa pela

acumulação e posse da terra por grandes latifundiários e empresários rurais vêm crescendo a cada dia, motivados por uma busca de acúmulo de capital sem limites.

Neste cenário, faz-se necessário que a luta das famílias assentadas seja para permanecer na terra conquistada, constituindo o assentamento como um espaço de produção e (re)produção do campesinato, buscando novas maneiras de enfrentamento às ofensivas de invasão dos assentamentos pelo modelo de produção pautado no agronegócio, apontando novas alternativas de produção e desenvolvimento, como é o caso do arroz ecológico produzido pelas/os assentadas/os do MST da região Sul do país, e a soja orgânica que está despontando nos assentamentos da região Centro-Oeste.

Além disso, é importante ressaltar a importância da produção de alimentos em um período tão difícil como o país e o mundo estão vivenciando em consequência da pandemia do Coronavírus, em que a fome e a miséria atingem milhares de pessoas. Vale ressaltar que o agravamento dos problemas sociais, principalmente o aumento da fome e pobreza teve seu aprofundamento provocado pela política governamental instaurada no país desde a eleição de Jair Messias Bolsonaro. A “política de fome” deste governo afetou não apenas os assentados e assentadas da reforma agrária, mas também os povos indígenas, como por exemplo, o genocídio aos povos Yanomâmi da região amazônica do Brasil ocorrido nos últimos anos, matando crianças e adultos, vítimas da fome e desnutrição, além da contaminação causada pelo garimpo ilegal. Embora a situação havia sendo denunciada para as autoridades governamentais, nada foi feito para reverter este quadro lastimável, levando à óbito centenas de indígenas da etnia Yanomâmi.

Mesmo diante de um cenário hostil, os assentamentos são alternativas em que as famílias podem produzir alimentos para si e para a sociedade, embora encontrem inúmeras dificuldades de comercialização da produção sejam gigantescas, diante da precariedade econômica em que vivemos. Para finalizar, compreende-se que a reforma agrária, a extensão rural, acesso aos créditos, acesso ao mercado, são algumas das políticas públicas que devem ser melhoradas e fortalecidas para que os assentamentos se desenvolvam e que contribuam para a permanência da população camponesa, haja vista que a agricultura familiar possui um papel singular na produção de alimentos e geração de empregos no campo. Sendo assim, no contexto do perfil deste novo público da reforma agrária, novos valores mais humanos e dialógicos dos/as extensionistas são essenciais para o fortalecimento deste público, diminuindo o êxodo dentro dos territórios dos assentamentos.

5. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. Presidente Prudente: Unesp, 2003.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Avaré**. Campo Grande: AGRAER, 2009a. [Convênio INCRA/AGRAER CRT/MS nº 0001/2008].

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Eldorado I (Associações João Batista e APAGE)**. Campo Grande: AGRAER, 2009b. [Convênio INCRA/AGRAER CRT/MS nº 0001/2008].

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Eldorado II COAF**. Campo Grande: AGRAER, 2009 c. [Convênio INCRA/AGRAER CRT/MS nº 0001/2008].

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Lagoa Azul**. Campo Grande: AGRAER, 2009 d. [Convênio INCRA/AGRAER CRT/MS nº 0001/2008].

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Mateira**. Campo Grande: AGRAER, 2009 e. [Convênio INCRA/AGRAER CRT/MS nº 0001/2008].

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Santa Mônica (CUT – FETAGRI)**. Campo Grande: AGRAER, 2009 f. [Convênio INCRA/AGRAER CRT/MS nº 0001/2008].

BALEM, Tatiana Aparecida. **Extensão e desenvolvimento rural** – Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico: Rede e-Tec Brasil, 2015, 123 p.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Agronegócio e Ideologia: contribuições teóricas. *Revista Nera*, n. 14, p. 112–124, 2012.

BIZERRA, Fagner Lira. **A Territorialização do MST no Mato Grosso do Sul (1979-2019): o debate paradigmático como método de análise.** 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, UNESP, São Paulo.

BORGES, Maristela Corrêa. Da observação participante à participação observante: uma experiência de pesquisa qualitativa. **Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis**, p. 183-198, 2009.

BRAND, Antônio. Desenvolvimento local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas. **Interações (Campo Grande)**, 2001.

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária–PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providencias. Brasília, 2010.

BUSCIOLI, Roberson da Rocha; SOUZA, Adaúto de Oliveira. Estratégias de Crescimento Polarizado e sua Relação com a (Re) Produção do Espaço Sul-Mato-Grossense: uma análise da tendência à concentração. **Revista Entre-Lugar**, v. 1, nº 2, p. 119-144, 2010.

CAPORAL, Franciso Roberto. **Extensão Rural e Agroecologia:** temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Coord. por Francisco Roberto Caporal. – Brasília: MDA, 2007. 398 p.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Extensão rural: Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília/DF: MDA/SAF/DATER. IICA, 2004, 166 p.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia.** Brasília, 2006.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle. Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, culturas e transformações sociais. **Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 17, n. 1, p. 397-403, 2019.er

COELHO, Fabiano. **A Alma do MST?** A prática da mística e a luta pela terra. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

COELHO, Fabiano; FREITAS, André Alexandre Ricco de. Reforma Agrária e Assentamentos Rurais em Mato Grosso do Sul, **Revista Tempos Históricos**, Vol. 25, n. 2, p. 73-98, 2021.

COLETTI, Mariana et al. **Adequação do projeto de habitação rural ao perfil de seus moradores em assentamentos rurais de ocupação recente.** Caso da comunidade 3/MST, do assentamento Santa Monica- Terenos/MS. In: Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, Canela, Rio Grande do Sul, 2010.

CONCEIÇÃO, Cristiano Almeida da. **A Participação da agricultura camponesa no programa nacional de alimentação escolar (PNAE) nos municípios do Cone Sul de Mato Grosso do Sul.** 2021. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** REVISTA NERA, n. 10, p. 165-173, 2012.

FABRINI, João Edmilson. A Posse e Concentração de Terras no Sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire (Org.). **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.

FALCHI, Edna de. **Na luta por um pedaço de chão:** experiência e cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FARIAS, Marisa de Fátima L. de. **Assentamento Sul Bonito:** as incertezas da travessia na luta pela terra. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara/SP.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Assentamento rural Sul Bonito em Itaquiraí-MS:** o assentamento como lugar de reconstrução do modo de vida. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (org.). A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão Multidisciplinar. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008. p. 231-23.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma Agrária no Governo Lula:** a esperança. Revista Nera. Presidente Prudente, 2003.

FERNANDES, Bernardo M. A Reforma Agrária que o Governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma:** 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boi tempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 191-205

Freire, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS MARIANO, Amanda Júlia; TEIXEIRA, Jodenir Calixto. O Avanço do Atraso: a Territorialização do Agronegócio em Mato Grosso do Sul. **Revista Ciência Geográfica**, v. 26, n. 2, p. 968-1002, 2022.

FREITAS, André Alexandre R. de. **A reforma agrária em Mato Grosso do Sul: os dilemas e possibilidades nos assentamentos rurais a partir de dados do INCRA.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2020. 187f. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FREITAS MARIANO, Amanda Júlia; TEIXEIRA, Jodenir Calixto. O avanço do atraso: a territorialização do agronegócio em Mato Grosso do Sul. **Revista Ciência Geográfica**, v. 26, n. 2, p. 968-1002, 2022.

FREITAS, André Alexandre Ricco de. A questão agrária em Mato Grosso do Sul. **Movimentação**, v. 6, n. 11, p. 11–25, 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel, et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/.html>? Acesso em 05/10/2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de imóveis rurais. **Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/estatisticas-de-imoveis-rurais>. Acesso em 04/10/2022.

LEFEBVRE, Henri. **Prefácio**: a produção do espaço. Estudos avançados, v. 27, p. 123-132, 2013.

LEMOS, Glen César et al. **Metodologia Científica**: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André. 2018.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, n. 12, p. 57-67, 2012.

MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão rural:** novas perspectivas a partir da situação de assentamento. 1994. [208]f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1581767>. Acesso em: 6 out. 2022.

MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres Assentadas e suas lutas. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul:** uma visão Multidisciplinar. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008. p. 231-231.

MENEGAT, Alzira Salete. **No Coração do Pantanal:** assentados na lama e na areia, as contradições entre os projetos do estado e dos assentados no assentamento Taquaral - MS. Dourados: Editora UFGD, 2009. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fch-ufgd/20170919030820/pdf_95.pdf. Acesso em 05/10/2020.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Modernização, desenvolvimento e dinâmica territorial: considerações a partir da análise da expansão do agronegócio em Mato Grosso do Sul. **Mato Grosso do Sul:** as múltiplas escalas do desenvolvimento. Campo Grande: Life Editora, p. 59-75, 2017.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando "novos" personagens entram em cena. **Revista NERA**, v. 20, n. 39, 2017.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo S. A questão agrária e indígena em Mato Grosso do Sul. **Boletim Dataluta**, n. 97, Nera, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), 2016.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza; KUDLAVICZ, Mieczslau. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 624-648, 2018.

NARDOQUE, Sedeval, ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Território Rural do Bolsão (MS):** Realidade e Perspectivas. Boletim DATALUTA. NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandá Editorial, 2016. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em 05/10/2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandá Editorial, 2016. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em 05/10/2022.

OLIVEIRA, C. L.; SEABRA JUNIOR, S.; CEREDA, M. P.; NEVES, S. M. A. S.. Cultivo de espécies hortícolas para a segurança alimentar e nutricional de famílias assentadas em Terenos (MS), Brasil. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v.8, n.1, p.6-20, 2017. DOI: <http://doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2017.001.0001>.

OLIVEIRA, Maria Alaíde de. **A Assistência técnica e Extensão Rural no Assentamento Modelo**: proposição e realidade. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PEREIRA, Jacira Helena. **Brasiguaios ou fronteiriços?** A noção de habitus para compreender o pertencimento cultural na fronteira Brasil-Paraguai. *Ideação*, v. 15, n. 2, p. 129-148, 2013.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, v. 23, n. 3, p. 161-190, 2017.

PIRES, João Henrique Souza; NOVAES, Henrique Tahan. **Estudo, trabalho e agroecologia**: apontamentos sobre a formação técnica do MST (PR). Editora Oficina Universitária, 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 8, n. 1, p. 204–228, 2015.

ROOS, Djoni; FABRINI, João Edmilson. **Assentamento Celso Furtado: da conquista da terra às formas de resistência do território camponês**. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 13, n. 1, 2012.

SANCHES, Ronaldo São Romão. **A agricultura familiar no município de Terenos-MS: perspectivas de sustentabilidade e desenvolvimento local**. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado em desenvolvimento local—Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

SANCHES, Ronaldo São Romão; MARQUES, Heitor Romero. **O multiculturalismo na agricultura familiar de Terenos, MS**. Multitemas, 2013.

SILVA, Émerson Neves da. **Formação e Ideário do MST**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

SILVA, Sandra Procopio da. **As Mulheres do Assentamento Émerson Rodrigues/MST: os desafios na produção de alimentos e a construção da soberania alimentar**. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS. 2015.

SOUSA, Iara Fonseca. **Reflexões sobre uma ater agroecológica a partir da experiência do centro de desenvolvimento agroecológico Sabiá, Recife-PE**. UFSCAR, Araras/SP. Disponível em: <https://m.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao5b/reflexoes-ater-agroecologica.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2021.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

VANESKI FILHO, Ener; RANGEL LOERA, Nashieli. **Os Brasiguaios Sem-Terra na Reforma Agrária**. Revista NERA, v. 19, n. 34, 2016.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 45, p. 35-53, 1990.

ZUIN, Poliana Bruno; SOARES ZUIN, Luís Fernando. **Proposta de um modelo de desenvolvimento de produtos para propriedades familiares fundamentados na metodologia de Paulo Freire para extensão rural**. Tecnologia e Sociedade, vol. 3, núm. 5, julho-dezembro, 2007, p. 49-60.

6. ANEXOS

ROTEIRO DE QUESTÕES GUIA - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome:

Idade:

Parte 1: História de luta pela terra

1. Há quanto tempo vive no assentamento?
2. Onde vivia antes de vir para cá? (Trajetória)
3. Participou do período de acampamento? Qual acampamento?
4. Caso tenha sido acampado, você recebeu algum curso sobre técnicas agropecuárias durante este período? Se sim, quem realizou o curso?
5. O que a/o levou à luta pela terra?
6. Seus pais ou avós foram agricultores? Se sim, isto te motivou a se tornar agricultor/a ou não influenciou?

Parte 2: Extensão rural

7. Você recebeu alguma visita técnica nos últimos seis meses? Sim () não ()
8. Caso tenha recebido, qual o órgão que prestou assessoria?
9. Quais as entidades prestadoras de serviço de assistência técnica aqui no assentamento?
10. Você já participou de cursos de capacitação técnica voltadas ao desenvolvimento da produção agrícola e pecuária, agroecologia, comercialização da produção do assentamento? Sim () não ()
11. Os cursos de capacitação técnica auxiliaram no desenvolvimento dos seus conhecimentos em relação ao modo de cultivar as plantas e técnicas para criação dos animais? Sim () não ()
12. Quando recebeu orientação técnica, você foi perguntado sobre os seus projetos de produção para o seu lote, ou seja, o que você gostaria de produzir? Sim () não ()
13. Você acha que seus conhecimentos prévios foram considerados ao planejar o projeto produtivo do seu lote? Sim () não ()
14. Você encontrou dificuldades para produzir nos primeiros anos de assentamento? Sim () não ()
15. Se sim, as dificuldades eram sobre o modo de produzir ou eram outros tipos de dificuldades? Quais?
16. Se teve dificuldades em relação as técnicas de cultivo e criações, quem te ajudou a sanar essas dúvidas?
Vizinhos sim () não ()
Técnicos sim () não ()

17. Você acha que a assessoria técnica é suficiente para auxiliar no seu processo de desenvolvimento no lote? Sim () não ()
18. Você e sua família conseguem gerar renda na propriedade? Sim () não ()
19. Essa renda é suficiente para custar as despesas da família? Sim () não ()
20. Realiza algum tipo de trabalho remunerado fora do sítio para complementar a renda agrícola? Sim () não ()
21. Se realiza alguma atividade fora da propriedade, qual é o trabalho realizado?
22. Você tem aposentadoria ou algum tipo de benefício do governo?
Sim () quais? _____
- Não ()
23. Recebeu algum financiamento do PRONAF? Sim () não ()
24. Se sim, quais? CUSTEIO () PRONAF A () MAIS ALIMENTO- A/F ()
PRONAF MULHER () OUTROS ()
25. Você participa de algum mercado governamental (PAA, PNAE, município, etc.)? não () Sim ()
- Produtos comercializados? _____
- Valor comercializado anualmente? _____
26. Como você vê a importância do papel do técnico/técnica para o desenvolvimento da propriedade?
27. Você acha que o técnico/técnica é importante para o desenvolvimento da propriedade?
Sim () não ()
28. Qual a sua sugestão para melhorar o serviço de assistência técnica no assentamento?

Parte 3: Agroecologia e relações com a terra

29. Você já ouviu falar em agroecologia ou agricultura orgânica? Sim () não ()
30. A produção no lote é convencional ou agroecológica/produção orgânica?
31. Quais os cultivos e criações são destinados ao consumo da família? _____
- _____
32. Quais os cultivos e criações são destinados à comercialização?
